











PROPAGANDA NOS PRIMÓRDIOS DO REGIME:

A EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

PROPAGANDA NOS PRIMÓRDIOS DO REGIME: A EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO





DIRECTORA: MARÍLIA PULQUÉRIO FUTRE PINHEIRO



DIRETORIA

PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES
VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL
DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS
1º SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES
2º SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO
TESOUREIRO – VALDIR BARROCO

Francisco das Neves Alves

PROPAGANDA NOS PRIMÓRDIOS DO REGIME: A EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO



- 52 -











Lisboa / Rio Grande 2021

Ficha Técnica

- Título: Propaganda nos primórdios do regime: a Exposição Nacional do Estado Novo
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Documentos, 52
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Capa: Trecho de página da Revista *O Tico-Tico*, 21 dez. 1938
- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Outubro de 2021

ISBN - 978-65-89557-24-1

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019) e à UNESP (2020). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e sessenta livros.



Conselho Editorial/Científico

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra CIPSH de Estudos Globais – CEG)

José Eduardo Franco (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

APRESENTAÇÃO

A propaganda tende a se referir a modos de influenciar condutas, envolvendo a sua estrutura organizacional, as técnicas e os métodos empregados na sua difusão¹. Entre as tantas modalidades de propaganda, têm "relevo as manifestações espetaculares que envolvem grandes massas, e que foram usadas com extrema frequência, grande habilidade e eficácia" pelos modelos totalitários. Tais "manifestações, habilmente orquestradas e rigorosamente controladas desde cima" foram "bastante frequentes em regimes não competitivos"². De acordo com tal perspectiva, o Estado Novo empreendeu um conjunto intenso de estratégias propagandísticas, no sentido de buscar a legitimação do regime. Dentre elas, esteve o constante intento de demonstrar as propaladas realizações governamentais, de forma a promover o convencimento público quanto aos avanços que o país estaria a passar desde 1930 e, intensificados, a partir de 1937. Nessa linha, a ditadura estado-novista assegurava-se "da mais ampla repercussão de seus atos", por meio de uma "rede de informações"³ e, ao completar o primeiro aniversário do regime, uma das formas de propaganda se expressou através da realização da Exposição Nacional do Estado Novo.

-

¹ ROBERTS, Warren. Propaganda. In: SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1000-1001.

² SANI, Giaccomo. Propaganda. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 1020.

³ SILVA, Hélio. *O Estado Novo – 1937-1938*. São Paulo: Editora Três; Editora Brasil 21, 2004. p. 134-135.

Nesse quadro, "o estabelecimento da ordem deveria ser obtido através de um governo forte, com autoridade suficiente para organizar a Nação e 'exercer de modo efetivo o controle de todas as atividades sociais". Tal "fortalecimento do Estado seria realizado através da centralização político-administrativa, pela criação de uma estrutura governamental hierarquizada, sob a direção de uma autoridade suprema, um Chefe". Segundo essa perspectiva, "as instituições apregoadas pelo liberalismo clássico deveriam ser suprimidas", não sendo admitida "a existência de partidos e seriam extintos os existentes, o sufrágio universal seria eliminado, o Legislativo reformado". Quanto aos "setores econômicos propunha-se a intervenção do Estado, com o objetivo de coordenar os interesses privados num sistema equilibrado, a fim de resquardar o bem público". Esse "sistema deveria afastar-se dos princípios do liberalismo econômico, cuja manutenção acarretaria crises e anarquia", de modo que "a intervenção do Estado deveria mesmo se efetivar através de um amplo sistema de planejamento que, coordenando todas as atividades, permitisse evitar a falta de continuidade das tarefas administrativas"4. A busca do convencimento público quanto a esse conjunto de estruturas seria promovida por meio da propaganda.

O regime "enalteceu a técnica em contraposição à política veiculada como o lado sujo dos 'interesses privados'". Nesse sentido, "o conhecimento técnico e científico aplicado à administração seria um patamar superior na forma de lidar

⁴ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 83-84.

com os interesses nacionais", entretanto, "na prática isso significou a centralização política e administrativa", com "o fortalecimento do Poder Executivo em níveis até então desconhecidos". Foi estabelecida uma "autonomia do Estado em relação às forças da sociedade", no entanto, "apesar do discurso que privilegiava a modernização racional-legal, o Estado Novo conviveu com formas clientelistas e personalistas, particularmente quando se tratava de nomeações para cargos de confiança"⁵. Para justificar tais atitudes, o governo realizou "intensa propaganda em prol de seus propósitos e realizações a fim de criar uma imagem popular favorável". Nesse sentido, foi criada "uma agência especial de propaganda que difundia por todo o país o critério oficial e colocava em toda parte fotografias do Presidente". Assim, "a ideologia do regime" era divulgada "amplamente em artigos periodísticos, entrevistas com as autoridades, livros encomendados pelo governo ou escritos espontaneamente por partidários do autoritarismo", abordando "todas as suas realizações"⁶.

Desse modo, um "componente constante das mensagens da propaganda era o relato das realizações atribuídas ao Estado Novo ou a Vargas". Tais "realizações" eram "postas como evidência da legitimidade de um governo que produzia", vindo a ser "divulgadas sob o argumento de que era necessário dar satisfação ao povo para que assim pudesse ter condições de julgar a sinceridade e a capacidade do governo e do Presidente". Essa "difusão dos feitos reforçava a

⁵ D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 30-31.

⁶ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve Historia contemporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 87.

tese da necessidade de submissão ao Estado, já que era uma comprovação da eficiência de seu paternalismo em atender às necessidades e interesses". Em tal contexto, "a população poderia se abster de realizar movimentos e abdicar de quaisquer reivindicações, permanecendo, politicamente desmobilizada". Nessa linha, "as medidas eras apresentadas como de interesse geral da Nação, do povo ou dos trabalhadores, transferência que visava a aparentar a representatividade do governo". As atividades propagandeadas tratavam "fundamentalmente de realizações de base ou regulamentações do trabalho que, ou se destinavam a criar a infraestrutura necessária aos investimentos do capital ou a assegurar o controle dos operários em benefício daquele". No que tange a essas "realizações", elas "eram apresentadas de forma dramática e maniqueísta", pela qual, "no período anterior a 30, nada se havia feito, enquanto que no posterior muito se fazia".

No caso de "qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado" controla "o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear toda atividade espontânea". Em tais modelos, os "espetáculos do poder" são "realizados com o objetivo de mostrar sua grandiosidade e força política". Era o caso da Exposição de 1938, que refletia a "ênfase que o Estado Novo atribuiu às realizações materiais, meta primeira do governo para concretização do progresso". Nesse quadro, "os ideólogos estado-novistas

⁷ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 92.

justificaram as reformas realizadas no Estado como necessárias à solução dos problemas que impediam a realização do progresso". Assim, "o papel tutelar do Estado em relação à sociedade, a defesa da direção do Estado por uma elite política/intelectual capaz de analisar a sociedade e apresentar projetos de reforma por meio de um instrumental científico", constituíram "os aspectos apontados como necessários à inserção do Brasil numa nova era"8.

Dessa maneira, "os programas e metas estabelecidas ao nível do governo" apareciam "como resultado natural do processo de evolução da realidade brasileira". Ficavam dissolvidos "os diversos interesses presentes numa imagem abstrata dos 'interesses gerais' da Nação que competiria ao Estado promover". A partir daí "estabeleceram-se as ideias básicas que tornaram possível a legitimação do regime instituído, bem como da estrutura do Estado, dos líderes e das realizações". Em paralelo "à difusão de uma imagem negativa do passado da sociedade brasileira, a propaganda estado-novista orientava uma campanha de valorização nacional", visando a "instilar um espírito de patriotismo e de confiança em relação ao país e seu futuro". Em tal conjuntura, "as exposições, a imprensa, os livros e revistas eram empregados para a divulgação e engrandecimento da produção artística, dos recursos e das condições do país".

-

⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.* 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40, 46, 55 e 146-147.

⁹ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 75 e 80.

Assim, "divulgar as realizações governamentais e, mais que isso, cunhar uma nova imagem do país foram tarefas que o Estado Novo se impôs visando à defesa da nacionalidade brasileira que se pretendia em construção". Para tanto se dava a "montagem de exposições e feiras, cujo objetivo maior era apresentar os feitos do regime, e da construção de novos edifícios públicos, destinados a dar uma nova feição à capital federal". No rol de tais atividades, teve destaque "a Exposição do Estado Novo que apresentava uma síntese das transformações operadas no país nos oito anos de governo Vargas, focalizando desde aspectos econômicos até atividades no campo da educação" A Exposição de 1938 buscava atingir um amplo público presente às dependências do evento, mas também objetivou uma difusão mais ampla, fosse pela divulgação por meio da imprensa, fosse pela edição de um material impresso especial, com o propósito de relatar para um conjunto mais significativo da população o conteúdo da Exposição.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (dir.). Estado Novo: a construção de uma imagem. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 25.

ÍNDICE

Uma exposição no primeiro aniversário do Estado Novo	.19
- ,	
Exposição Nacional do Estado Novo	45

UMA EXPOSIÇÃO NO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO ESTADO NOVO

Uma das estratégias político-ideológicas e socioculturais promovida pela ditadura estado-novista foi calcada na propaganda. O fundamento básico era a recorrente busca por renovar as motivações que haviam levado à deflagração do Estado Novo e lembrar as atividades governamentais, sempre categorizadas como carregadas de méritos, verdadeiros "feitos", desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Uma das ideias era apresentar o período transcorrido desde a Revolução de 1930 até a implantação do Estado Novo, constituindo um processo histórico único, observado como uma verdadeira "evolução natural", que teria trazido uma série de progressos para o país. O Departamento Nacional de Propaganda desempenhou um significativo papel, com a organização de ações diversificadas, dentre elas a publicação de impressos propagandísticos¹¹.

Esse processo aflorou com força nos meses finais de 1938, com a instituição comemorativa de duas efemérides, os oitos anos de Vargas no poder e o primeiro aniversário do Estado Novo. Um dos pontos altos das comemorações ocorreu com a organização da Exposição Nacional do Estado Novo, uma mostra ampla, que visava a apresentar aquilo que se convencionava como evolução do Brasil naquele período de tempo, bem como demonstrar as várias frentes de trabalho das diversas unidades administrativas que compunham o aparelho governamental. O objetivo essencial era levar ao público em geral uma espécie de prestação de contas governativa, mostrando-se as atitudes e iniciativas positivas da administração federal, bem de acordo com o espírito de propagandear o regime.

 $^{^{\}rm 11}$ A respeito da ação do Departamento Nacional de Propaganda, ver o número 51 desta Coleção.

Tal Exposição "buscava revelar ao público as realizações do regime em suas mais diversas áreas de atuação, contando, para isso, com a participação de todos os ministérios", sob a coordenação do Ministério da Justiça. A mostra "apresentou comparativamente uma síntese dos avanços alcançados pela nova administração iniciada em 1930 e 'aperfeiçoada' em 1937", visando a "demonstrar a evolução obtida entre o passado e o presente e as expectativas otimistas em relação ao futuro". A partir do objetivo "de divulgar o máximo possível as transformações pelas quais o país vinha passando nos últimos oito anos, os organizadores almejavam alcançar a população em geral, de diferentes classes", de modo que, para tanto, decidiram por uma mostra de natureza popular, destinada às massas e não somente às elites. Com base nessa meta, "todo um esforço foi empregado" para "facilitar o deslocamento dos interessados em prestigiar o evento", inclusive com descontos no custo do transporte público e de hospedagem. Somou-se a essa estratégia, "o cuidado de montar os estandes com uma linguagem acessível a um público-alvo tão diversificado, de modo a fazer inteligível a qualquer pessoa, mesmo àquelas com pouca educação formal". Além disso, houve a preocupação com a divulgação do evento por meio do rádio, levando "o conteúdo da exposição para todo o Brasil, já que uma parte significativa da população não poderia se deslocar até o Rio de Janeiro"12.

A mostra foi inaugurada a 10 de dezembro de 1938, ou seja, um mês após o dia do primeiro aniversário do Estado Novo, e deveria transcorrer até o final

¹² FRAGA, André Barbosa. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). In: *Cordis*, São Paulo, n. 18, jan./jun. 2017, p. 8-11.

deste mês. Entretanto, com o sucesso do evento, seus organizadores optaram por prorrogá-lo, avançando até o mês inicial de 1939. As atividades inseridas no conteúdo da Exposição Nacional do Estado Novo tiveram ampla repercussão nas páginas da imprensa periódica, que serviriam como outro meio para a sua difusão, com chamadas para a participação e divulgação minuciosa de cada uma das ações concernentes à mostra, muitas delas de natureza popular, servindo assim como um chamariz ao público em geral que, com o comparecimento ao evento, desfrutaria das atrações e compartilharia a propaganda do regime. Uma rápida amostragem do impacto da Exposição em alguns dos jornais do Rio de Janeiro serve para demonstrar o papel desse meio de comunicação no sentido de difundir o evento, mantendo-se plenamente a perspectiva do regime, uma vez que o mesmo controlava coercitivamente a imprensa.

O Diário Carioca¹³ anunciou a inauguração da Exposição Nacional do Estado Novo, destacando que "o grande certame será solenemente aberto pelo Presidente Getúlio Vargas". O jornal apontava que "o ato de inauguração" se revestiria "da maior imponência", com a presença, além do Presidente, de Ministros, corpo diplomático e "todas as demais autoridades civis e militares". Ficava previsto que, na solenidade, a autoridade máxima da República acenderia "uma boia luminosa de grande efeito ornamental, colocada na avenida principal do recinto", o que constituiria "um trabalho pela primeira vez realizado no Brasil, executado pela Marinha de Guerra". Essa cerimônia trazia a

¹³ DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 10 dez. 1938, p. 1 e 3.

perspectiva de um "farol que o Chefe de Estado acenderá", representando "um símbolo de orientação, de guia e de vigilância", seguindo-se a visitação de Vargas a todos os pavilhões.

Segundo a mesma publicação, "os objetivos da Exposição" estavam ligados a "permitir ao povo abranger o conjunto de obras e trabalhos realizados, ou em construção, traduzindo a operosidade do governo, no período de 1930 a 1938", de maneira que "o percurso dos numerosos mostruários apresentados nos pavilhões equivalerá a uma viagem de inspeção pelo país". A matéria do Diário Carioca esclarecia ainda que tinham sido "dois os métodos principais empregados na Exposição: a fotografia e a plástica", explicitando que, "pela fotografia serão demonstrados os fatos concernentes à vida nacional, no período de 30 a 38, as obras públicas realizadas neste tempo, em todos os ramos da administração e em todos os pontos do território", além dos "progressos obtidos na ordem econômica, assim como o aumento e melhoramento dos meios de defesa nacional". Por outro lado, "pela plástica, serão apresentadas obras vultosas, tais como construção de edifícios, estradas, açudes e portos, mediante maquetes significativas" e, "também pela imagem plástica, serão feitas demonstrações relativas à ordem financeira e ao desenvolvimento de outros notáveis serviços públicos". Ao longo das edições seguintes, o jornal mostrou uma grande afluência de público, com guarenta mil pessoas apenas em dois dias, destacando "um grande programa de festas" e qualificando a Exposição como "uma lição de força construtora"14.

¹⁴ DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 14 dez. 1938, p. 20; e 15 dez. 1938, p. 2.

Um outro periódico, A Batalha, se referia ao "significado" da Exposição, a qual viria a demonstrar "o que é o Brasil Novo construído pelo Presidente Vargas". A folha descrevia "uma visita minuciosa" realizada pelo Presidente ao longo dos pavilhões que compunham a Exposição, enfatizando "que o povo que se achava" no evento "aclamou com entusiasmo o nome do Chefe do Governo". Em referência ao "gesto simbólico" da abertura, a partir do ato de acender "a lâmpada da primeira bola iluminativa construída no Brasil", ficaria demarcado que "a boia é o quia dos navegantes", ao passo que "o Presidente Vargas é, há oito anos, o nosso quia". O jornal defendia assim que a autoridade presidencial era "o centro, o eixo e a fonte de vida, que anima todos os ministérios, a alma de tudo o que se planeja e se executa, há oito anos, no país", considerando que esta seria "a grande verdade objetiva" que a Exposição iria "demonstrar ao povo". Em síntese, declarava que "o Brasil de hoje é o produto da inteligência, da operosidade e do patriotismo" de Getúlio Vargas, estabelecendo-se uma "ressurreição" do país, ocorrida a partir de uma "unidade de vistas" e uma "convergência de esforços em torno de um só orientador e de um só realizador", pois, "só há uma Nação" e "só há um Chefe", que incorporava em si "a encarnação legítima da Nação brasileira". Finalmente, propunha a visitação à Exposição, para, a partir dela, ser observado um "quadro sinótico do Brasil Novo", a qual viria a demarcar que "o século XX será, para o Brasil, o século de Getúlio Vargas"15.

Já *A Noite* dizia que "tudo o que já realizou o Governo Getúlio Vargas, desde a implantação do novo regime político, está concretizado na Exposição

 $^{^{15}}$ A BATALHA. Rio de Janeiro, 11 dez. 1938, p. 1 e 2.

Nacional do Estado", de modo que os "estandes dos diversos ministérios revelarão ao país os mais expressivos progressos espirituais e materiais do país". Segundo o periódico, "os mostruários, cartazes, maquetes, estatísticas, quadros comparativos, painéis – alguns interessantíssimos – darão margem a profundas observações", em um quadro pelo qual "o público que visitar a Exposição ficará a par do que o governo está realizando e o que já fez, em todos os setores da atividade oficial". A respeito da presença do público, destacava que "o povo, no que ele tem de mais representativo, acorreu ao ato, dando um aspecto impressionante àquele recanto da cidade"16.

Os esforços em torno da organização do recinto da Exposição foram destacados pelo *Correio da Manhã*, vindo a garantir que a mesma produzira "singular impressão no espírito público", de modo que a disposição dos pavilhões servira para "proporcionar ao visitante uma impressão de conjunto das realizações do Estado Novo". Tal periódico destacou que a Exposição tornara-se verdadeira "atração da cidade", apresentando-se em seus pavilhões "os índices do crescimento da vida brasileira, no campo da economia, das finanças, das obras públicas, da saúde e da cultura". O jornal dava ênfase ao interesse dos visitantes aos setores vinculados às Forças Armadas, explicando que "a defesa nacional tem uma parte das mais importantes do certame", de modo que "o público tem demonstrado especial interesse em examinar os mostruários e os quadros dos Ministérios da Guerra e da Marinha", os quais, por

 $^{^{16}}$ A NOITE. Rio de Janeiro, 10 dez. 1938, p. 1 e 3; e 11 dez. 1938, p. 5.

serem "campos de trabalho governamental em geral pouco conhecidos, têm agora ocasião de serem expostos"¹⁷.

"A Exposição Nacional do Novo Regime" era a manchete divulgada pela *Gazeta de Notícias*, explicitando que era "a primeira vez que se faz, entre nós, uma exposição desse gênero, abrangendo um longo período da pública administração, em todos os setores de sua onímoda atividade". O periódico qualificava a Exposição como "uma mostra dos trabalhos já realizados e dos projetos que abrangem o plano de reconstrução material e cultural do país, desde 1930 até os nossos dias", correspondendo ao "período em que se desenvolvem, realmente, em todo o território nacional, um novo espírito, renovador e de confiança dos destinos da Pátria". A folha deu especial atenção à inauguração pelo Presidente da República da "Exposição Nacional do Estado Novo", em ato que teria recebido "entusiástica salva de palmas" do público presente¹⁸.

A abertura da "Exposição do Regime Novo" foi noticiada ainda por *O Imparcial*. A atividade era avaliada como uma "ideia feliz", uma vez que, a partir dela, seria possível verificar "o que tem realizado e o que afirma o Novo Regime". Desse modo o periódico considerava que a visitação ao evento constituía, "em verdade, um dever de todos os brasileiros", ou ainda, uma "obrigação para com a Pátria". A folha recomendava a observação dos pavilhões nos quais estariam revelados "os frutos da administração nos setores da educação e da saúde

¹⁷ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 10 dez. 1938, p. 3.; 13 dez. 1938, p. 3.; e 14 dez. 1938, p. 3.

¹⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 10 dez. 1938, p. 1.; e 11 dez. 1938, p. 1.

pública, e os benefícios de todos os estímulos que o Sr. Getúlio Vargas tem dado ao soerguimento material das classes armadas". De acordo com o periódico, o "soerguimento material e moral" das Forças Armadas permitia a constatação "da certeza de que os responsáveis pelas causas da defesa nacional não descuram, ainda que em meio aos maiores sacrifícios, de lhes fornecer as armas indispensáveis à tranquilidade e ao triunfo permanente do Brasil"¹⁹.

A revista *O Malho* trazia uma breve cobertura fotográfica da Exposição e opinava que, "inegavelmente, o Estado Novo inaugurou no Brasil métodos inéditos de interessar o povo nos problemas administrativos", pois "o regime implantado a 10 de novembro de 1937 não dispensa a colaboração popular e não despreza a opinião das massas". Considerava que a administração federal estava a "esforçar-se por dar à Nação elementos concretos sobre que possa basear um julgamento imparcial dos homens de governo e de suas realizações". Nessa linha, demarcava que "a Grande Exposição Nacional do Regime" constituía "uma excelente prestação de contas do governo à Nação Brasileira", a qual não seria "oferecida em palavras e números que podem falsear a verdade, mas em gráficos, esquemas, maquetes - coisas que entram pelos olhos, que convencem, que merecem fé". Afiançava, assim, que "nenhum relatório seria mais completo, mais claro e mais honesto", não interessando "a esta ou aquela classe em particular", e sim "a todos"; além de não se dirigir "a grupos, facções ou castas", e sim "à Nação inteira". Para o periódico, a Exposição era "um pouco da nossa história contemporânea, através de fatos e realizações", constituindo,

¹⁹ O IMPARCIAL. Rio de Janeiro, 11 dez. 1938, p. 1 e 4.

"sobretudo, um esplêndido exemplo democrático", da parte "de um governo que, embora enfeixando nas mãos todos os poderes, faz questão de ser julgado pelo povo"²⁰.

A revista infantil O Tico-Tico considerou o evento como "um certame expositivo de alto valor para todos os brasileiros". Apontava que "todos os ministérios, todos os setores da administração pública apresentaram na notável Exposição o vultoso trabalho realizado, num ano do regime novo, em todos os ramos da atividade pública, oficial e militar". Em relação ao seu público alvo, o periódico destacava que se tratava de "um trabalho digno de ser observado com a devida atenção por todos os cidadãos", constituindo, "principalmente, um elemento de estupendo valor para a infância". Explicitava que "cada mostra, cada quadro, cada gráfico, cada maquete ali expostos em profusão e de modo sugestivo é um livro de forte atração", no qual "as crianças podem admirar o conjunto de obras de toda a natureza, as afirmações concretas do poder de realizar em que está empenhado o governo da República para servir ao progresso e à grandeza do Brasil". Considerava também que "o trabalho despendido na criação, na renovação, na ampliação da atividade do país, revelase pujantemente, impondo-se à apreciação dos visitantes". O periódico dizia que não se afastava de sua "finalidade de educar a criança" e, por tal motivo, não poderia "deixar de recomendar a todos os seus leitores uma oportunidade de cultura das melhores", já que, "pais e filhos, numa visita à exposição, hão de encontrar motivos soberbos de cultura, de vida e satisfação", pois "a

²⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, 15 dez. 1938, p. 11 e 14.

documentação exposta é um índice magnífico do que será o Brasil em futuro não distante, se prosseguir no ritmo de sua administração"²¹.

Em outra edição, *O Tico-Tico* afirmava que a Exposição estaria a dar "provas do poder de realização e de trabalho do Brasil", cuja "marcha construtiva no regime novo" estaria "patenteada na eloquente Exposição aberta à admiração dos brasileiros". Reiterava o estímulo à visitação do evento, tendo em vista que "a documentação, sugestiva e farta, do ritmo de trabalho, de ação fecunda do governo, em um ano de labor, é, por si só, um motivo de felicidade para todos os brasileiros". Demarcava ainda que "a mocidade de agora, que precisa saber o grau de cultura e de progresso do Brasil, para que, de futuro, possa ampliá-lo, engrandecê-lo", não poderia "prescindir de uma visita à Grande Exposição Nacional do Regime Novo". Considerava, assim, que no seio do evento "se concentrou o índice mais valioso e mais eloquente da cultura do povo e do desejo de construir, num ritmo célere, o Brasil cento por cento trabalho, cento por cento cultura, progresso, grandeza"²².

Esta brevíssima amostragem de periódicos do Rio de Janeiro que noticiaram a Exposição do Estado Novo compreende ainda a *Revista da Semana*, que cobriu o evento com seu tradicional norte editorial embasado na apresentação de textos curtos e na publicação de fotorreportagens. A atividade foi considerada pelo periódico como "o acontecimento de maior relevo da semana finda", uma vez que conseguira reunir "as atenções de todas as classes

²¹ O TICO-TICO. Rio de Janeiro, 14 dez. 1938, p. 4.

 $^{^{\}rm 22}$ O TICO-TICO. Rio de Janeiro, 21 dez. 1938, p. 4.

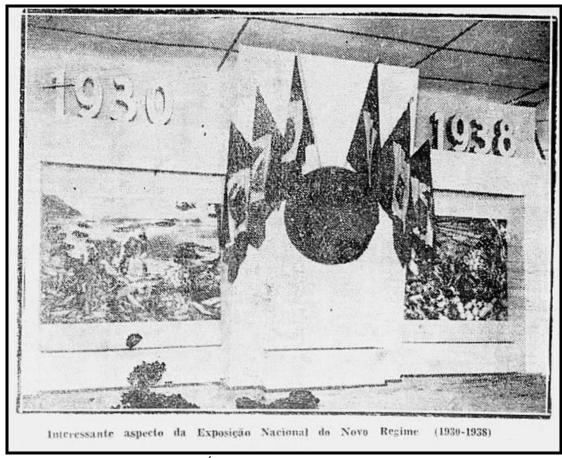
sociais, desejosas de conhecer, através de dados claros e positivos, maquetes e demonstrativos gráficos, projetos e realizações do governo". A cobertura fotográfica teve como figura exponencial o Presidente Getúlio Vargas, acompanhando a visita da autoridade pública aos diversos pavilhões e estandes que compunham a Exposição²³.

Inaugura-se, Hoje, a Exposição Nacional do Estado Novo

O grande certame será solennemente aberto pelo presidente Getulio Vargas

- DIÁRIO CARIOCA, 10 dez. 1938 -

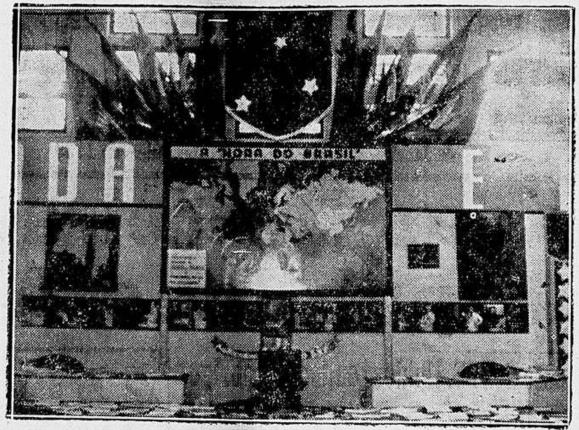
²³ REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, 17 dez. 1938, p. 32-33.



- DIÁRIO CARIOCA, 10 dez. 1938 -

Exposição Nacional do Estado Novo

A affluencia popular ao certame — Um grande programma de festas



Um aspecto do stand do De partamento Nacional de Propa ganda, na exposição do Estado Novo, vendo-se um graphico dos serviços de radio e do raio de audição da Hora do Brasil

- DIÁRIO CARIOCA, 15 dez. 1938 -

Il que é o Brasil Novo construido pelo Presidente Vargas

A EXPOSIÇÃO, HONTEM INAUGURADA, E O SEU SIGNIFICADO - COMO DECORREU A SOLEMNIDADE DA INAUGURAÇÃO

noras, 3 Exposição Nacional do Estado Novo.

Q acto foi presidido pelo presicente Getulio Vargas, tendo a pre-

Quando o chefe do governo enegou ao local da exposição, foi recebide por todos os ministros de Estado A porta do recinto da Feira de Amostras.

Immediatamente, s. ex. fol convidado a accender a boia lumino-Marinha, symbolizando os novos rumos do Brasil. Nessa occasião, presidente da Republica recebeu enthusiastica salva de palmas.

A reportagem notou a presença s ministros Gaspar Dutra, Aristides Gulihem, Oswaldo Aranha. Gustavo Capanema, Waldemar Falcho e Mendonça Lima; gene-raes Valentim Beniclo, Heltor Aucusto Borges, Almerio de Moura, Isauro Reguera, ministro Bento de Faria, desembargador Barros Barreto, ininistro Salgado Filho, e Negrão de Lima, chefe do gabinete do ministro da Justiça, desembargador Vicente Piragibe, dr. Lourival Fontes, director do Departamento Nacional de Propa-garda e de outras autoridades. NO PAVILIRAO ANTI-COMMU-NISTA O presidente Getulio Vargas que

e schava acompanhado do genera! Francisco José Pinto,

cents. Americo Pimentel e Mario Alves, respectivamente, chefe e sub-chefe da Casa Militar da Presidencia e Ajudante de Ordens, dirigiu-se em companhia dos srs. Negrão de Lima e Lourival Fontes para o Pavilhão da Exposição Anti-Communista.

director do Departamento Nacional de Propaganda mostrou so presidente, toda a documentacelhida sobre os primeiros novimentos communistas nesta capital, inclusive um cartaz faiendo propaganda, em 1922, do Partido Operario e Camponez, que foi a primeira organização com-munista do paiz.

A seguir, foram examinadas com attenção pelo chefe do governo, photographias tiradas por occasião mashorea extremista do 3º Re-

bricados no Arsenal de Marinha. Após examinar um systema novo de pharol que a Marinha está em-pregundo, o Presidente deteve-se observando e commentando a planta da Base de Aviação Naval. O ministro da Marinha levou após. o Chefe do Governo no mostruario onde se acha o diagramma de toda a esquadra brasileira, Os mostruarios da Directoria de

Navegação, foram a seguir objecto de exame do Presidente. NO PAVILITÃO DA

Dahl o Presidente Getulio Var-

mento de modernos torpedos fa- | primentos no illustre visitante e | pendencias do "stand". A profes sora Alba Canizares Nascimento mostrou ao presidente da Repu blica o movimento escolar desta capital. Foi entregue, então, a ex., por um grupo de alumnos do Centro Civico Getulio Vargas, um album de photographias his toricas onde apparece o presidente, organizado por um grupo de escolares.

NO "STAND" DO MINISTERIO DA AGRICULTURA

O sr. Fernando Costa mostros rapidamente ao presidente da Re-

artificio, foram quelmados nesta

Uma companhia do Regiment Naval prestou as honras de estylo. O povo que se achava na Exposicão, acclamou com enthusiasmo, nome do chefe do Governo.

PAVILHOES

Damos a seguir, uma descri, peão dos pavilhões que figuram Exposição. MINISTERIO DA VIAÇÃO

E OBRAS PUBLICAS

Logo à entrada da Exposição visitante depara o pavilnao do Ministerio da Viação e Obras Puol

Rivera-Livramento, mapas dos serviços das Commissões de Limites. photos da visita do Presidente Getulio Vargas á fronteira, Vê-se, ainda, un grande painel, de sug-gestiva belleza artistica, com os seguintes dizeres de Chefe da Nação: "Ao lado das demais nações do continente, sentimo-nos em permanente communhão de ideas e aspiráções, como se fossemos membros de uma só e grande (amilia". Essas palavras do Presidente Vargas apparecem fundo artistico de bandeiras americanas, sob a égide da Republica Brasileira. As vistas internacioraes, as pontes com paixes limi-trophes e os marcos de fronteira, tudo isso representa serviços realizados pelo Ministerio das Relações Exteriores durante governo do Precidente Getulio

> MINISTERIO DA AGRI-CULTURA

Logo à entrada de pavilhão de Ministerio da Agricultura, lê-se um grande distico com as seguin-

"A Patria é o solo; cultival-a

6 engrandecel-o". Dos lados esquerdo e direito. vêem-se duns grandes montras de café e algodão. Ao centro, nota-se um artistico escudo do Presiuente Getulio Vargas. Por toda a extensão do pavilhão ucham-se instalados "standa" do Serviço Technico de Café. "maquette" da Fazenda-Experimental de Café de Botnestu', creada em 1934 e ser-

viços Racionalizados do S. T. C. Vecm-se, ainda. "maquettes" do Entreposto da Pesca, "stands" de algodão, Serviço Geologico, Bovi-nos, Carnes, Productos Derivados e Conservas, Minerio, Aguas, Trigo, Lacticinios, Laboratorio Cen-tral de Producção Mineral, Viticultura, Laranja e outros frutos, siroz, semntes, Jardim Botanico. Alfafa, Carnauba, Instituto Nacional do Matte, Instituto de Pesquizas Technologicas, Mecanização Agricola

A exposição do Ministerio da Agricultura occupa todo o Pavilhão S. Paulo.

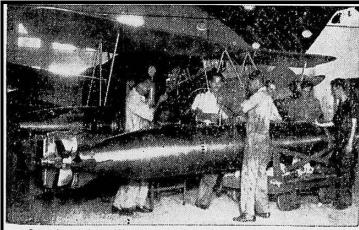
MINISTERIO DO TRABALHO O Ministerio do Trabalho



O presidente Getulio Vargas, num flag rante quando acendia o pharol da Exposição

- A BATALHA, 11 dez. 1938 -

UM TORPEDO AUTENTICO, **AVALIADO EM 300 CONTOS**



O torpedo avalindo em 200 contos, que está exposto no atand da Marinha

Faz parte da munição dos tres novos submarinos brasileiros - A primeira boia luminosa construida no país - Outros aspectos interessantes da Exposição do Estado Novo, que hoje se inaugura

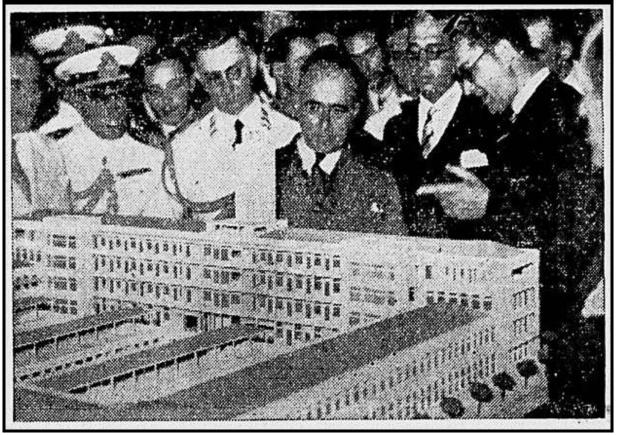
Corpo Diplomatico.

"stands" dos diversos ministerios (CONTINÚA NA 3ª PAGINA).

Tudo o que já realizou o governo Getulio Vargas, desda a implantação do novo regimen politico, está concretizado na Exposição Nacional do Estado Novo, a se inaugurar hoje, às 16 horas, no recinto da Feira de mostras. A cerimonia da abertura do certamen será presidida pelo Sr. Getulio Vargas, chefe do governo, presentes ministros de Estado e Corpo Diplomatico. ao par do que o governo está re-Os serviços de Instalação dos alizando e o que já fez, em todos

- A NOITE, 10 dez. 1938 -

Esplendida visão do Brasil Novo



- A NOITE, 11 dez. 1938 -



- GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 dez. 1938 -



- GAZETA DE NOTÍCIAS, 11 dez. 1938 -



- O IMPARCIAL, 11 dez. 1938 -

O MALHO 15 DE DEZEMBRO DE 1938 A EXPOSIÇÃO DO ESTADO NOVO Innegavelmente, o Estado Novo inaugurou no Brasil methodos ineditos de interessar o povo nos problemas administrativos. O regimen implantado a 10 de novembro de 1937 não dispensa a collaboração popular e não despreza a opinião das massas. Antes, procura filtral-a cuidadosamente e esforça-se por dar á Nação elementos concretos sobre que possa basear um julgamento imparcial dos homens de governo e de suas realizações. Em vez de receber a opinião por intermedio de leaders, que, no final das contas, acabam tornando-se verdadeiros feitores e profiteurs, o Estado Novo ab oliu os intermediarios e estabeleceu contacto directo com o povo. Que é, em summa, a Grande Exposição Nacional do Regimen, promovida pelo Ministerio da Justiça, senão uma excellente prestação de contas do governo á Nação Brasileira, não offerecida em palavras e numeros que pódem falsear a verdade, mas em graphicos, schemas, maquettes — coisas que entram pelos olhos, que convencem, que merecem fé? O Governo quer ser julgado pelo povo, faz questão de conhecer-lhe a opinião sobre o regimen. E offerece-lhe elementos seguros de convicção, e não phrases que o vento leva... Na Exposição que o Ministerio da Justiça conseguiu realizar, no recinto da Feira de Amostra, está toda a historia do Estado Novo. Nenhum relatorio seria mais completo, mais claro e mais honesto. Não interessa a esta ou áquella classe em particular: interessa a todos. Não se dirige a grupos, facções ou castas: dirige-se á Nação inteira E' um pouco da nossa historia contemporanea, atravez de factos e realizações. Sobretudo, é um esplendido exemplo democratico — de um Governo que, embora enfeixando nas mãos todos os poderes, faz questão de ser julgado pelo povo. Este não póde deixar de corresponder lealmente ao leal convite do Estado, vendo, sentindo e opinando, atravez da Exposição Nacional do Regimen.

- O MALHO, 15 dez. 1938 -



- O MALHO, 15 dez. 1938 -



- O TICO-TICO, 21 dez. 1938 -



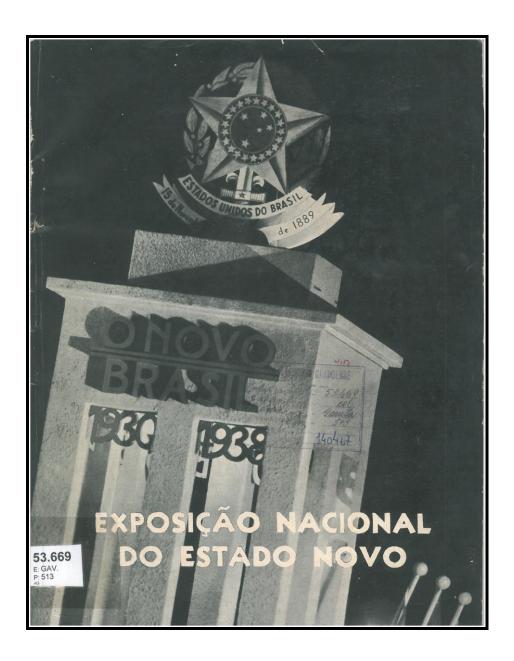
- REVISTA DA SEMANA, 17 dez. 1938 -

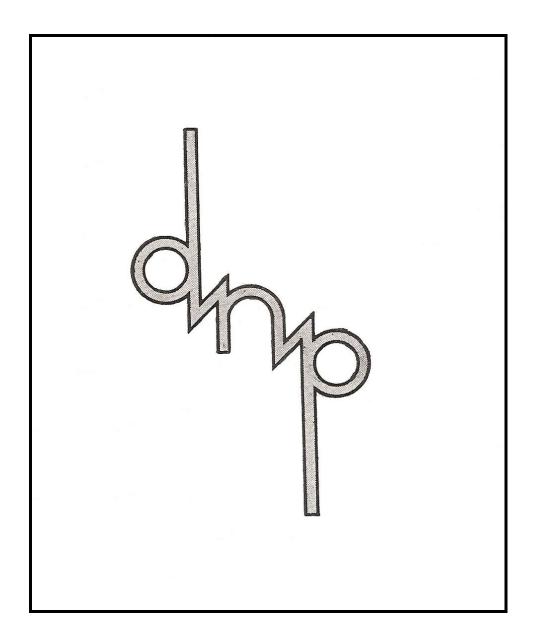


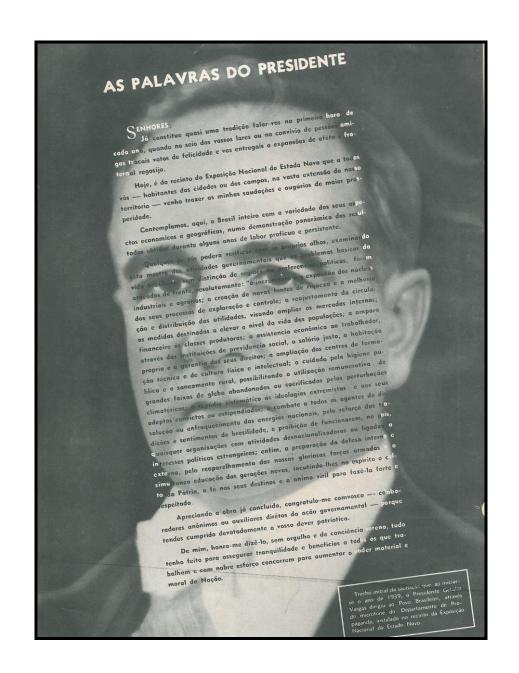
- REVISTA DA SEMANA, 17 dez. 1938 -

EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO

A realização da Exposição trouxe consigo a elaboração de uma publicação que deveria referenciar o evento. Mantendo um formato próximo ao das revistas, com as medidas de 30,6 X 22,6 cm e um total de noventa e seis páginas, a edição trazia à capa o pórtico alocado à entrada do evento, contendo as armas nacionais e a inscrição "O Novo Brasil - 1930-1938". O título era o mesmo do evento, "Exposição Nacional do Estado Novo" e a edição ocorreu sob a chancela do órgão governamental que então centralizava as atividades propagandísticas da administração federal, o Departamento Nacional de Propaganda, conforme indicado na contracapa. Logo no verso da capa se fazia presente um dos intentos fundamentais das campanhas publicitárias governativas do Estado Novo, ou seja, a concentração de atenções sobre a liderança máxima do governo. Nesse sentido, aparecia ao fundo uma efígie de Getúlio Vargas e, em primeiro plano "As palavras do Presidente", referindo-se ao "trecho inicial da saudação que, ao iniciar-se o ano de 1939 o Presidente dirigiu ao Povo Brasileiro, através do microfone do Departamento de Propaganda, instalado no recinto da Exposição Nacional do Estado Novo".







A fala presidencial marcara a transição do ano de 1938 ao de 1939 e, enfatizando o significado do evento, foi proferida nas dependências da própria Exposição Nacional do Estado Novo. Sobre esse ato, o Correio da Manhã noticiava que "O Presidente Getúlio Vargas fala, para o país, na passagem do ano". Segundo o periódico, "foi uma prática da boa democracia que o Presidente estabeleceu, na vida brasileira", ou seja, "falar a todo o país, dirigir ao povo, como Chefe da Nação, na entrada do Ano Novo, os votos de felicidade". O periódico destacava que "o Presidente sempre tem falado do Palácio Guanabara, no momento simbólico em que todos exaltam, com o mesmo otimismo e fé inquebrantável nos bons sentimentos e aspirações felizes, que animam a todos os brasileiros". Entretanto, naquele ano de 1938, "quis o Presidente proferir a sua habitual oração do próprio recinto da Exposição Nacional do Estado Novo, emprestando assim maior cunho democrático à sua oração, que foi ouvida diretamente pela multidão" ali presente. Ainda a respeito, o jornal demarcava que "o Chefe do Governo foi muito aplaudido, tanto ao entrar na Exposição, como ao terminar o seu discurso".

O PRESIDENTE GETULIO VARGAS FALLA, PARA O PAIZ, NA PASSAGEM DO ANNO

Fol uma praxe de boa democracia que o presidente Getulio Vargas estabeleceu, na vida brasileira: - falar a todo o paiz, dirigir ao povo, como chefo da Nação, na entrada do Anno Novo, os votos de felicidade. O presidente sempre tem falado do palacio Guanabara, deante co micriphone, no momento symbolico em que todos exaltam, com o mesmo optimismo, e fé inquebrantavel nos bons sentimentos e aspirações felizes, que animam a todos os brasileiros. Este anno, quiz o presidente proferir a sua habitual oração do proprio recinto da Exposição do Estado Novo, emprestando assim major cunho democratico & sua oractio, que foi ouvida directamente pela multipão, que para ali affluiu.

O chefe do governo foi multo applaudido, tanto ao entrar na Exposição, como ao terminar o seu discurso.

Els a oração do presidente Getulio Vargas, que foi irradiada para todo o patz:

Já constitue quasi uma tradição falar-vos na primeira hora de cada anno, quando no selo dos vossos lares ou no convivio de pessons amigas trocaes votos de felicidade e vos entregaes apansões de affecto e fraternal re-

Hoje, é do recinto da Exposição Nacional do Estado Novo que a todos vós — habitantes das cidades ou dos campos, na vasta ex-tensão do nosso territorio — venho trazer as minhas saudações e augurios de maior prosperidade.

Contemplamos, aqui, o Brasil Inteiro, com a variedade dos seus aspectos economicos o geographi-cos, numa demonstração panora-mica dos resultados obtidos du-rante alguns annos de labor proficuo e persistente.



PRESIDENTE GETULIO VARGAS -

car com os proprios olhos, examinado esta mostra das activida- sos de exploração e controle; o des governamentaes, que os pro-blemas basicos da vida brasilei-ra, sem distincção de regiões ou inte alguns annos de labor procuo e peralstente.

Caus un tiente, resonante dos nucuo e peralstente.

Cualquer de vós poderá verificreação de novas fontes de riquei a assistencia. economica
a assistencia economica
a assistencia economica
Somos un paiz de grandes rel'extendado en dignidade humana
força espirituat;
Somos un paiz de grandes rel'extendado en dignidade humana
força espirituat;

Somos un paiz de grandes rel'extendado en dignidade humana
força espirituat;

Somos un paiz de grandes rel'extendado en dignidade humana
força espirituat;

Somos un paiz de grandes rel'extendado en dignidade humana
força espirituat;

sos de exploração e controle; o reajustamento da circulação e distribuição das utilidades, visan-do ampliar os mercados internos; preferencias políticas, foram ata-cados de frente, resolutamente: o nivel de vida das populações; o

ampliação dos centros de forma-ção technica e de cultura physica e intellectual; o cuidado pela hygiene publica e o sancamento rural, possibilitando a utilização remunerativa de grandes faixas de gleba abandonadas ou sacriftcadas pelas perturbações climate ricas: o repudio systematico as ideologias extremistas e aos seus adeptos convictos ou estipendiados; o combate a todos os agen-tes de dissolução ou enfraquectmento das energias nacionaes pelo reforço das tradições e sen timentos de brasilidade, e prohi-bição de funccionarem, no paiz, quaesquer organizações com actividades desnacionalizadoras ou li-gadas a interesses políticos esgadas a interesses ponticos es-trangeiros; emfim, a prepatação da defesa interna e externa, pelo reapparelhamento das nossas glo-riosas forças armadas e a simultanea educação das gerações no-vas, incutindo-lhes no espirito o culto da Patria, a te nos seus destinos e o animo viril para fazel-a forte e respettada.

Apreciando a obra ja concluida, congratulo-me comvosco - collaboradores anonymos ou auxiliares directos da acçao governamental - porque tendes cumprido devotadamente o vosso dever patrio-

De mim, honra-me dizel-o, sem orgulho e de consciencia serena, tudo tenho feito para assegurar tranquillidade e beneficios a to-dos os que trabalham e com nobre esforço concorrem para augmentar o poder material e moral da Nação.

Longe vae, felizmente, o tempo em que os governantes formavam classe aparte, distanciada e allicia aos sentimentos, as necessidade e aspirações do homem commum. O regimen em que vivemos é o da mais franca collaboração do todos para os supremos objecti-vos da nacionalidade. A riqueza de cada um, a saúde, a cultura, a alegria, não são, apenas, bens pessoaes; representam reservas de vitalidade social, que devem

tuições de previdencia social, o cursos, de população escassa, salario justo, a habitação propria temos um patrimonio enorme a e a garantia dos sous direitos; a defender, numa phase conturbada da historia mundial, em que os povos fracos, desunidos e desarmados são a preza facil e appete-cida das nações imperialistas. Mesmo de longe, exacerbando as paixões dos homens e manobran-do as suas ambições de poder, on-de existem deficiencias e fraquezas a explorar, os agentes perturbadores se infiltram, no proposi-to de destruir os laços de solidariedade patriotica, e, com o san-gue de irmãos lançados á foguelra da guerra civil, a mais cruel de todas as guerras, preparam a conquista, o protectorado, a vas-

sallagem economica ou politica. Em situação assim anormal, de desassocego o apprehensões, im-põe-se uma união sagrada, sobrepostos os imperativos da consciencia nacional ás dissenções personalistas e discordina esterela.

Para sermos um bioco indisso luvel, capaz de resistir a tudo, de vemos confraternizar em senti-mento e acção, creando no recesso dos nossos proprios lares a uni-dade de espírito e a communhão de objectivos, indispensaveis a realização dos ideaes de engrandecimento commum.

O anno que se encerrou foi de aspera luta contra obstaculos de varias ordens, e os vencemos to-dos. O que se inicia será, certamente, rico em factos auspiciosos e fecundo em emprehendimentos

utels ao progresso do Brasil. Para concluir as grandes tare fas em curso e realizar as pre-missas da nossa pujança eco-nomica, permittindo o surto de novos elementos de riqueza e cultura, sel que posso contar com a vossa cooperação e vigilancia pa-

Brasileiros.

Façamos uma pausa nas expansões jubilosas e concentremos o pensamento no futuro, promettendo a nos mesmos que sabere-mos enfrentar todas as difficuldades com animo firme, felizes de restituir à Patria, à custa de quaesquer sacrificios, o que nos

- CORREIO DA MANHÃ, 1º jan. 1939 -

O trecho das "Palavras do Presidente" citado pela publicação "Exposição Nacional do Estado Novo" dizia:

Senhores:

Já constitui quase uma tradição falar-vos na primeira hora de cada ano, quando no seio dos vossos lares ou no convívio de pessoas amigas trocais votos de felicidade e vos entregais à expansão de afeto e fraternal regozijo.

Hoje, é no recinto da Exposição Nacional do Estado Novo que a todos vós – habitantes das cidades ou dos campos, na vasta extensão do nosso território – venho trazer as minhas saudações e augúrios de maior prosperidade.

Contemplamos, aqui, o Brasil inteiro com a variedade dos seus aspectos econômicos e geográficos, numa demonstração panorâmica dos resultados obtidos durante alguns anos de labor profícuo e persistente.

Qualquer de vós poderá verificar com os próprios olhos, examinando esta mostra das atividades governamentais que os problemas básicos da vida brasileira, sem distinção de regiões ou preferências políticas, foram atacados de frente, resolutamente: o incremento e a expansão dos núcleos industriais e agrários; a criação de novas fontes de riqueza e a melhoria dos seus processos de exploração e controle; o reajustamento da circulação e distribuição das utilidades, visando a ampliar os mercados internos; as medidas destinadas a elevar o nível da vida das populações; o amparo financeiro às classes produtoras; a assistência econômica ao trabalhador, através das instituições de previdência social, o salário justo, a habitação própria e a garantia dos seus direitos; a ampliação dos centros de formação técnica e de cultura física e intelectual; o cuidado pela higiene pública e o saneamento rural, possibilitando a utilização remunerativa de grandes faixas de gleba abandonadas ou sacrificadas por perturbações climatéricas; o repúdio sistemático às ideologias extremistas e aos seus adeptos convictos ou estipendiados; o combate a todos os agentes de dissolução ou enfraquecimento das energias nacionais, pelo reforço das tradições e sentimentos de brasilidade, e proibição de funcionarem, no país, quaisquer

organizações com atividades desnacionalizadoras ou ligadas a interesses políticos estrangeiros; enfim, a preparação da defesa interna e externa, pelo reaparelhamento das nossas gloriosas forças armadas e a simultânea educação das gerações novas, incutindo-lhes no espírito o culto da Pátria, a fé nos seus destinos e o ânimo viril para fazê-la forte e respeitada.

Apreciando a obra já concluída, congratulo-me convosco – colaboradores anônimos ou auxiliares diretos da ação governamental – porque tendes cumprido devotadamente o vosso dever patriótico.

De mim, honra-me dizê-lo, sem orgulho e de consciência serena, tudo tenho feito para assegurar a tranquilidade e benefícios a todos os que trabalham e com nobre esforço concorrem para aumentar o poder material e moral da Nação.

A edição *Exposição Nacional do Estado Novo* buscava trazer uma estratégia complementar de propaganda em relação aos visitantes do evento, bem como expandir o alcance da ação propagandística da Exposição, levando ao menos parte do seu conteúdo àqueles que não tiveram condições de se fazer presentes, em uma difusão que se expandia para bem além dos limites da capital federal, visando a atingir o país como um todo. Os objetivos da ação já ficavam expressos logo na abertura da publicação, com a argumentação de que a Exposição e o material impresso buscariam divulgar a "atividade de cada departamento do Estado", a qual figuraria "ali como uma prestação de contas feita ao povo, do trabalho de um governo".

A primeira parte da *Exposição Nacional do Estado Novo* abordava "Os antecedentes do Estado Novo" e intentava realizar um breve histórico da formação nacional, pelo viés governista, desde a chegada ao poder, em 1930.

Eram elencados os diversos fatores que, segundo os novos detentores do poder levaram à falência do modelo liberal clássico, na busca de demonstrar que a ação governamental apresentava-se como única solução contra aquilo que consideravam como anacronismos da República Velha. Na obra propagandística apareciam os tradicionais adversários contra os quais os governantes do novo regime teriam se batido, ou seja, os regionalismos, os partidos políticos, o modelo político oligárquico, os considerados excessos do federalismo, a extemporaneidade da Constituição de 1934 e o comunismo.

Ainda nesse segmento inicial também se fazia presente a busca pela legitimação do regime, visando a mostrar os propalados méritos do Estado Novo, bem como as supostas virtudes do líder máximo do modelo estadonovista. Em seguida passavam a ser arroladas e detalhadas as denominadas "grandes reformas econômicas e administrativas", envolvendo fundamentos variados da vida brasileira, como o econômico, o social, o político, o administrativo, o educacional e o cultural. Nesse sentido, o texto acabava por não ser um relato preciso da Exposição do Estado Novo como um todo, e sim uma síntese da propaganda governamental. As principais menções à Exposição em si se davam através do material iconográfico, o qual era mostrado normalmente descontextualizado do texto, servindo mais como uma simples ilustração, do que realmente como um fundamento. Tais figuras traziam consigo alguns dos pontos mais atrativos do evento, no sentido de dar uma amostragem do seu conjunto. A última parte da publicação trazia o segmento da Exposição voltada ao "anticomunismo", dedicando assim especial atenção ao

mais destacado inimigo do regime, utilizado como legitimador para a perpetuação do golpe²⁴. A seguir aparece a transcrição de significativa parte do conteúdo da *Exposição Nacional do Estado Novo*.

##########

Oito anos são apenas um momento na vida de uma Nação. Mas quando, como no caso do Brasil, esses oito anos representam um ciclo da nossa vida política, em cujo desenvolvimento sucessivas transformações se operaram, modificando radicalmente todos os setores da vida nacional, desde a economia aos costumes, desde a educação ao aparelhamento técnico-militar, então o período de oito anos representa algo ponderável e digno de conhecimento.

Buscando realizar uma síntese da vida brasileira nesses oito anos, o governo organizou a Exposição Nacional do Estado Novo. Essa Exposição, orientada por forte tendência unionista, excluiu as particularidades estaduais e as diferenciações regionais, preocupando-se apenas em mostrar, a largos traços, os aspectos essenciais da transformação por que vem passando o país. Através de gráficos de fácil leitura, de abundante documentação fotográfica, de eloquentes e simples demonstrações, a Exposição colocou ao alcance do homem da rua a síntese de um período de realizações e de esforços. A Exposição

²⁴ A "Exposição Anticomunista na Exposição Estadual do Estado Novo" é abordada no número 54 desta Coleção.

Nacional do Estado Novo foi, nesse sentido, um verdadeiro balanço das condições e possibilidades da União. A atividade de cada departamento do Estado figurou ali como uma prestação de contas feita ao povo, do trabalho de um governo. Prolongando-se além da sua própria significação imediata, o material exposto adquire significação mais alta, qual a de tornar conhecido e sentido pelas massas o trabalho de um governo que, surgido de uma revolução, e dispondo, em oito anos de duração, de poderes excepcionais, adquira por isso mesmo compromissos ainda mais graves com a Nação. De como soube ele desobrigar-se, ao mesmo tempo em que contratava com o país um novo pacto de prestação de serviços, é prova a Exposição Nacional do Estado Novo.

Mas quando se pretende compreender, não basta ver e assistir: é necessário estudar. Eis porque se torna necessário descrever a atividade do governo no período considerado pela Exposição, a começar pelas origens políticas da transformação por que passou o país culminando na implantação do Estado Novo, com a Carta de 10 de Novembro. Depois de examinar esses fundamento político, passaremos ao estudo das realizações efetuadas em todos os setores da atividade do governo federal. Este será, portanto, o documentário da Exposição.

Os antecedentes do Estado Novo

A perfeita compreensão das condições políticas do Brasil, que preparavam o advento do Estado Novo, impõe breve recapitulação histórica. A Constituição de 10 de Novembro não foi uma construção livresca ou a criação arbitrária de um homem ou de um grupo de homens, imposta pela força à coletividade brasileira. Pelo contrário, ela abrolhou naturalmente no seu exato momento, como um imperativo exigido pelas mais prementes necessidades nacionais. Por isto mesmo, a Nação aceitou-a com os mais sinceros e vivos aplausos, sentindo instintivamente que com ela se abriria nova fase na sua evolução política, administrativa e econômica. Rápida análise dos regimes constitucionais do Brasil e das suas consequências práticas, será suficiente para mostrar a segura marcha da Nação para um governo de concentração de autoridade que, sem ferir a essência da democracia, lhe dá as bases consentâneas com as condições atuais do mundo.

O movimento liberal, nascido da Revolução Francesa no fim do século XVIII e que se concretiza na generalizada aspiração pelas constituições escritas, depois da espécie de curto intervalo do cesarismo napoleônico, envolveu todas as nações europeias, assim alcançando Portugal. O constitucionalismo português de 1820 teria fatalmente de ecoar no Brasil que, embora ainda colônia, já se afirmava, de fato, numa coletividade nacional, consciente do seu destino histórico e ansiosa por proclamar a sua própria independência política. Depois de marchas e contramarchas sucessivas, que bem refletiam seu temperamento fraco e indeciso, D. João VI, cuja corte se instalara no Rio de Janeiro, elevado, desta forma, à categoria de sede da monarquia portuguesa, foi forçado a adotar a Carta que os constituintes de Lisboa elaboraram. As tentativas de compressão

das liberdades brasileiras pelas Cortes portuguesas serviram apenas para precipitar a eclosão da independência, proclamada pelo Príncipe Regente.

Pertence ao historiador a análise dos dissídios surgidos entre o primeiro imperador do Brasil e a Assembleia Constituinte, dissídios que culminaram na dissolução desta. O próprio monarca teve de outorgar uma Constituição ao novo Império, em conjunto, superior à que a Constituinte preparava. A Constituição de 1824 correspondia à inspiração geral do liberalismo dominante na época. Como a Carta portuguesa, aos três poderes clássicos — Executivo, Legislativo e Judiciário, aliou um outro — o Poder Moderador — diretamente exercido pelo chefe do Estado. O Poder Moderador foi durante o longo reinado de Pedro II permanente motivo de crítica das oposições, pelo que se confundia com "poder pessoal" prejudicial, porventura, ao pleno desenvolvimento das instituições representativas. Entretanto, ele serviu quase sempre de corretivo aos fáceis desmandos do parlamentarismo, principalmente em se tratando de um país nas incipientes condições de cultura política do Brasil.

Como quer que fosse, à sombra da Constituição de 1824, viveu pacificamente o Brasil da época de Pedro II, modelo universalmente citado de ordem interna entre as outras nações da América Latina, ainda em permanentes lutas contra o caudilhismo.

A maior falha do regime constitucional do Império ou, pelo menos, aquela que mais afetava a oposição esclarecida das elites brasileiras residia na sua extrema centralização. A vida administrativa e econômica das províncias, demasiado adstrita ao governo central, não podia, realmente, progredir. O ato

adicional de 1834, que atenuara um tanto a asfixia centralizadora, podia ser facilmente iludido na prática do regime. Por isto mesmo, nos derradeiros anos do 2º Reinado, avultava a corrente dos que pugnavam pela federação, alguns mesmo aceitando-a dentro das próprias instituições monárquicas.

Uma série de motivos históricos, entre os quais ocupa o primeiro lugar a espécie de fadiga geral da Nação pela monarquia, que parecia não mais lhe falar a nenhum ideal ou a nenhuma esperança, concorreu para precipitar a proclamação da República em 1889, quando talvez muitos dos seus futuros responsáveis, se contentariam, por estima e dedicação à figura de Pedro II, com simples mudança ministerial.

A República tomou como imediato modelo a organização política dos Estados Unidos, cujo regime federal inspirara os sonhos de muitos brasileiros, desde os primórdios da independência política. As antigas províncias do Império converteram-se em Estados autônomos. Certa corrente mais conservadora ou mais consciente das realidades brasileiras impediu que predominassem na Constituição de 1891 exageradas tendências federalistas. Mesmo assim, transplantou-se para o Brasil, habituado de boa ou má vontade, à longa "centralização" da monarquia, a essência do federalismo norte-americano. Dos Estados Unidos copiamos ainda o que os publicistas convencionaram chamar de *presidencialismo*, isto é, a doutrina que torna independente o Poder Executivo das flutuações do Parlamento. Assim, ao antigo regime centralizador opunha a primeira Carta republicana o federalismo ou, vale dizer, a plena autonomia dos Estados quanto aos próprios negócios internos, e ao

parlamentarismo, o presidencialismo. No ponto de vista filosófico, a Constituição de 1891 traduzia, embora a divergência fundamental das formas de governo, que ela estruturava, os mesmos ideais do Estado liberal e representativo do século XIX, que já haviam inspirado a de 1824.

Nenhum estudioso das questões doutrinárias de política ignora que o liberalismo vigente no século passado e até a grande guerra (historicamente o século XIX encerrou-se em tal período) não era mais do que uma extensão prática do individualismo triunfante nas teorias da Revolução Francesa. Confundindo-se, como faces do mesmo todo, o liberalismo político e o liberalismo econômico representavam a reação contra o antigo Estado absolutista de direito divino e contra a economia corporativista, herdada da Idade Média. Instituindo a livre concorrência, o homem supunha afirmar-se com força paralela ao Estado. Consequentemente, pois, este deveria ser uma entidade muito mais negativa do que positiva. Suas funções ideais mal deveriam elevar-se da distribuição da justiça e da garantia da ordem pública. Certa influência do positivismo de Comte temperava o excessivo individualismo da Constituição de 1891, senão em favor do Estado, ao menos, da solidariedade humana.

Não nos propomos aqui fazer a análise mesmo sumária da Constituição de 24 de Fevereiro, aliás, modelo de clareza e síntese quanto à forma. Lembramos apenas suas linhas gerais para melhor compreensão dos fatos da vida político-administrativa e econômica do Brasil no período da sua vigência. Como todas as Cartas vindas das mesmas origens liberais, ela dedicava capítulo

especial aos direitos do cidadão, olhado como uma espécie de adversário latente do Estado. Os cargos eletivos, inclusive a Presidência da República, provinham de sufrágio popular e direto. Agnóstica, indiferentemente garantia o exercício de todos os cultos, pois o Estado leigo deveria ignorar politicamente a existência das religiões. O espírito federalista mostrava-se muito vivo na organização judiciária e na distribuição das fontes de rendas públicas entre a União e os Estados. Se foi evitada a dualidade do direito substantivo, que muitos constituintes de 1891 defendiam, ficou vitoriosa, no entanto, a dualidade do direito processual e da magistratura. O Supremo Tribunal Federal teve a faculdade característica do sistema norte-americano de declarar a inconstitucionalidade das leis, faculdade que lhe justificava a denominação de "chave da abóboda" do regime republicano.

Na discriminação das fontes da receita pública, evidentemente, os interesses econômicos dos Estados primaram sobre os da União. A esta couberam essencialmente os impostos de importação; pouco a pouco é que a sua esfera tributária pode alargar-se, abrangendo outros importantes impostos como os de consumo. Os serviços diplomáticos e consulares ou, em outros termos, a representação política e comercial do país no estrangeiro ficaram naturalmente privilégio do governo federal, encarnação do país perante a sociedade internacional. Da mesma forma, as forças militares da terra e mar; mas, neste setor, a liberdade deixada aos Estados de organizarem suas polícias militares facilitou mais tarde a criação de vários pequenos exércitos sobre os quais o governo da União não tinha nenhuma espécie de controle, salvo em caso de

guerra estrangeira. Os casos de intervenção federal nos Estados eram mal definidos, prestando-se assim às mais vivas controvérsias e aos mais frequentes incidentes políticos, muitos deles com repercussão dramática.

Conhecidos os grandes lineamentos da Constituição de 1891, vejamos agora também, em resumo, o que ela representou praticamente na vida do Brasil.

primeiras agitações revolucionárias. Depois conseguências das explicáveis da mudança do regime, as instituições republicanas começaram a funcionar regularmente. Mas isto muito mais na teoria do que na prática. Podese afirmar sem exagero que bem poucas vezes a Constituição foi aplicada com perfeito acerto; as condições naturais do Brasil, não só políticas como sociais e econômicas, mostravam frequentemente a impossibilidade da sua adaptação prática. O excessivo ou deturpado federalismo nascido à sua sombra, impedia a formação de grandes partidos nacionais, nem mesmo como os conhecera o Império. A política secionava-se de Estado a Estado, adquirindo antipáticos e perigosos aspectos regionais e personalistas. Os grandes Estados, isto é, aqueles em que o progresso das riquezas públicas tinha sido mais acentuado, erquiamse perante a União como formas de potências paralelas. O regime de impostos, principalmente de exportação, permitia franca guerra tributária entre as unidades federativas, com reflexos nefastos sobre a estrutura econômica da Nação e sobre sua própria unidade política.

O regime representativo era burla equivalente à da Monarquia. As fraudes constituíam a regra das eleições populares. O Congresso Federal sobrepunha-se,

no reconhecimento de poderes dos seus membros, à soberania do voto popular, base teórica do regime. Frequentes movimentos subversivos ameaçavam o país, embora todos eles vencidos com maiores ou menores dificuldades pelos governos constituídos. Todavia, tais vitórias dos governos não extinguiam os fermentos revolucionários, frutos do descontentamento geral pela ordem de coisas republicana. Quase todas as vezes que a Nação tinha de ser convocada para eleger o chefe supremo do seu governo, a paz pública era gravemente ameaçada. Tornara-se norma comum a indicação do Presidente da República pelas situações dominantes nos grandes Estados da Federação, desde que com a mesma concordasse o Presidente em exercício.

A escolha do político que deveria suceder o Presidente Washington Luís, cujo mandato terminava a 15 de novembro de 1930, foi o momento de explosão de velhos e novos desgostos, contra a prática republicana. A crise da depressão econômica de 1929, afetando principalmente o grande produto do Brasil, o café, oferecia também mais propício clima ao deflagrar da Revolução vitoriosa de 1930. Esta foi, pois, essencialmente, o resultado do descontentamento da maioria dos brasileiros e que já datava de muitos anos. Os responsáveis pela direção política do Brasil não tiveram, no momento, e, talvez, não pudessem ter, a exata visão dos acontecimentos para desviar-lhes o possível curso ou evitar-lhes as piores consequências.

As doutrinas do liberalismo político e econômico, cujo integral triunfo caracterizava o século XIX, sofriam desde a guerra as mais ardentes críticas. Mesmo entre os estranhos ao estudo das transformações sociais, generalizava-

se a ideia de que elas não mais correspondiam à situação real criada pela catástrofe de 1915. O intervencionismo econômico do Estado, que conhecera a sua primeira grande forma no protecionismo aduaneiro, multiplicava os próprios aspectos. O Estado não podia mais manter-se em atitude de fria indiferença entre a livre concorrência individual na produção e distribuição das utilidades; igualmente fora forçado a defender, por algumas leis humanitárias, as classes proletárias, minadas pela insidiosa propaganda subversiva do comunismo. A guerra, que obrigou o Estado a estreito controle de numerosas atividades, até então estranhas à sua esfera de ação, dera-lhe como que o gosto de multiformes e constantes intervenções. Aqui mesmo, no Brasil, tínhamos criado e desenvolvido até as suas consequências finais, típica política dirigida do café. O abalo sofrido pelo liberalismo econômico repercutia naturalmente sobre o liberalismo político.

Acentuava-se, assim, por toda parte, a tendência à concentração de maiores somas de poderes nas mãos dos governos. As fáceis flutuações dos regimes parlamentares, enfraquecendo os governos, dificultava-lhes o cumprimento das suas novas funções. A instalação do comunismo russo, com todo o seu cortejo de crimes, provocara a reação vitoriosa dos regimes de extrema direita, iniciada pelo fascismo italiano. A crise de depressão econômica de 1929 agravou as condições existentes. Perturbando profundamente as relações de negócios, sacrificando a produção e o comércio internacional, ela criou um meio acessível a todas as espécies de agitações revolucionárias.

A opinião pública do Brasil – a opinião pública das elites, que é a que pode ser contada em um país nas condições do nosso – mostrava-se ainda um tanto alheia ao curso das novas ideias. Talvez porque a democracia representativa fora sempre uma burla, disfarçada com maior ou menor habilidade, acreditava a grande maioria dos brasileiros que a honesta execução do liberalismo republicano era suficiente para corrigir os males de que ela há muitos anos amargamente se queixava. Livres eleições, conscienciosamente apuradas, redimiriam para sempre a vida da Nação. Como os homens que a dirigiam afiguravam-se demasiado viciados nos maus hábitos da fraude republicana, impunha-se, como salvação nacional, a sua substituição, ainda que fosse pela violência. Eis, pois, tanto quanto é possível defini-la, a essência do espírito revolucionário, que triunfava em 1930, idêntico ao que inspirava o ciclo revolucionário, que vinha de abranger quase todas as Repúblicas do Continente, inclusive a mais rica e próspera entre elas, a Argentina.

A Crise econômica de 1929 teria sido, assim, a condicional para a eclosão revolucionária, como a sucessão do Presidente Washington Luís pelo então Presidente de São Paulo, conforme velhas tradições republicanas, o seu imediato motivo. Mas ao lado de São Paulo e de Minas Gerais, o Rio Grande do Sul acentuava rapidamente sua importância econômica e, consequentemente, a sua importância política no jogo das competições da Federação. Destarte, quando o Presidente de Minas Gerais, rompendo com a política federal, apresentou em oposição à candidatura do Presidente paulista e a do Presidente do Rio Grande do Sul, o dissídio partidário tomou aspectos extremamente graves. Fracassando

todas as tentativas de acordo, o Brasil marchou rapidamente para as soluções extralegais. As velhas e mal sopitadas aspirações revolucionárias adquiriam força fora do comum.

Deflagrando-se simultaneamente no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em alguns Estados do Norte, a Revolução dentro de breves dias alcançou todo o país. As tropas revolucionárias, vindas do sul, atingiram as fronteiras de São Paulo, ameaçando a própria capital da República; os governos do Norte, solapados pela veemente campanha de oposição, caíam quase sem resistência. A 24 de outubro, os oficiais generais da guarnição militar e naval do Rio, desejosos de evitar a continuação da guerra civil, depunham o Presidente Washington Luís, instalando o governo de uma junta pacificadora, constituída por alguns deles. Pouco depois, esta entregava a direção do país ao Sr. Getúlio Vargas, Presidente do Rio Grande do Sul e chefe civil da Revolução.

A opinião pública recebia o novo governo entre as mais entusiastas esperanças. Se, conforme mostrava a situação geral do país, que evocamos em páginas anteriores, a Revolução não trazia nenhuma ideologia nova, concretizava, no entanto, incontestavelmente, os desejos mais ardentes de implantação de um regime de liberdade e de justiça. Mas, sobretudo, ela entregava inteiramente sua sorte à ação de um homem, que era o Sr. Getúlio Vargas. Deste, pois, ia depender em grande parte o curso dos novos acontecimentos.

Enorme era a tarefa recebida pelo novo líder. Naturalmente, a Revolução triunfante não iria limitar-se a substituir os dirigentes por outros. Cabia-lhe

construir, senão nova ordem, ao menos condições novas para o progresso político, administrativo e econômico do Brasil. A confiança pública era excelente elemento de estímulo para o trabalho a ser iniciado. Ao lado, pois, da estrutura constitucional mais adequada que deveria preparar-se para o país, de acordo com as suas aspirações liberalizantes, avultava a responsabilidade pessoal do chefe do governo discricionário, que as circunstâncias do momento impunham.

O Sr. Getúlio Vargas foi naquela primeira pós-revolucionária incomparável amortecedor de choques. Ele, que já tinha dado provas da sua alta capacidade de político, unificando os partidos do seu Estado, tradicionalmente divididos por profundos antagonismos, trazia para o supremo governo da Nação o mesmo temperamento paciente e contemporizador e os mesmos métodos de ação refletida.

Preliminarmente, limitou o arbítrio dos próprios poderes por uma lei orgânica, definidora de deveres e de responsabilidades. Pelo Código dos Interventores, procurou controlar também as sempre fáceis tendências ao abuso de poderes, sobretudo nas épocas de revoluções vitoriosas. Se muitos de tais abusos não puderam ser evitados, certamente, muito mais grave teriam sido, se não existisse a ação preventiva e repressiva do governo federal. Preocupado co a situação geral da economia do país, o Presidente Getúlio Vargas fez proceder a uma espécie de balanço das condições econômicas e financeiras dos Estados e dos municípios, como base para futura planificação do trabalho nacional. Por

meio de comissões especiais, o Governo Provisório legislou abundantemente sobre quase todos os problemas nacionais.

Não é aqui o local para a análise da obra administrativa do Governo Provisório. Entre as suas grandes inovações, lembramos apenas a criação do Ministério do Trabalho, que marcou a orientação triunfante das leis sociais, e a firme decisão com que foi encarado o problema das secas do Nordeste.

O Sr. Getúlio Vargas, ainda relativamente moço, tinha tido rápida passagem pela política federal, como representante do seu Estado na Câmara dos Deputados e como Ministro da Fazenda do Presidente Washington Luís. A maior parte de sua carreira de homem público realizara-se no Rio Grande do Sul, como deputado e, afinal, como Presidente do Estado, onde, como já dissemos, havia conseguido apaziguar as lutas partidárias, constituindo uma "frente única" da política local. Na sua curta estação da política federal deixara a melhor das impressões pelo feitio sereno e discreto do seu espírito, como revelara no Ministério da Fazenda a sua capacidade de administrador, brilhantemente confirmada no governo do Rio Grande do Sul.

A Presidência da República oferecia-lhe extraordinária oportunidade para por em prova suas virtudes políticas e de administrador. É de crer que pela sua inteligência política, a cada momento assinalada, não tivesse cultivado as ilusões comuns dos brasileiros sobre as consequências históricas da revolução. Esta não seria simples mudança de homens e nem mesmo simples correção dos antigos erros do viciado liberalismo. De bom ou mau grado, teria de atingir raízes profundas da vida brasileira para levar-lhes nova seiva. Preso aos

números e, tantas vezes, antagônicos compromissos assumidos pela Revolução, para onde haviam confluído as mais diversas correntes de ideias e de interesses, sentindo a sua autoridade contrabalançada pela de outros chefes, cheios de relevantes serviços à causa comum vitoriosa, ele não podia traçar, por si, inflexível linha de ação. Cabia-lhe esperar que se aquietassem as paixões da primeira hora, para que pudesse definir-se mais nitidamente a finalidade da nova ordem de coisas.

Pelo seu temperamento acessível e lhano e pela sua invariável tolerância, conquistou rapidamente as mais sinceras simpatias públicas. Pouco a pouco, deixando que as grandes figuras da Revolução se projetassem livremente no cenário do país para as definitivas afirmações ou espontâneos fracassos, reivindicou serena e seguramente sua plena autoridade de chefe supremo. A Nação começou a olhá-lo como o homem de raras virtudes, que as circunstâncias históricas haviam firmado e que elas próprias exigiam. Assinala-se a ação pessoal do Sr. Getúlio Vargas no período do Governo Provisório, que se estende de outubro de 1930 até a promulgação da Constituição de 1934.

As constantes ameaças contra a ordem pública, e, afinal, a Revolução Constitucionalista de 1932, de São Paulo, valeram como duras provas pra o Sr. Getúlio Vargas. Jamais ele perdeu a serenidade e o ânimo de transigir com dignidade, de perdoar e de esquecer. Defendendo-se contra os seus adversários em armas, não se esquecia de que se tratava de uma luta entre brasileiros. A energia na ação repressiva não poderia, pois, excluir a possibilidade da

reconciliação próxima. Mais tarde, no levante comunista de 1935, e nos assalto integralista de 1937, expondo-se pessoalmente na refrega com a fria intrepidez, que é um dos traços marcantes de sua personalidade, despertou os maiores entusiasmos do país. A Revolução Constitucionalista de S. Paulo teria precipitado o retorno ao regime constitucional, mas não significou a pacificação geral dos espíritos. A crise política do Brasil era mais forte talvez do que a própria crise econômica, porque representava verdadeira crise institucional. A marcha para um governo de autoridade tinha de acelerar-se, não passando o constitucionalismo de compromisso de 1934 de um compasso de espera.

Recordamos no início deste estudo a evolução constitucional da Monarquia e da Primeira República. Apesar do regime de ordem e de moralidade pública que o Império criara no Brasil, em boa parte, aliás, refletindo condições gerais da vida no mundo civilizado do século XIX, certamente as suas instituições parlamentares não foram mais do que um artifício, uma forma de bovarismo mantida pela vontade de Pedro II. Por isto mesmo, elas se esgotaram depressa; o Terceiro Reinado era uma hipótese em que os mais sinceros monarquistas não acreditavam. As instituições republicanas de 1891 correspondiam melhor às realidades brasileiras. O Brasil integrava-se, com a República, no destino comum dos países da América e, pela federação, eram atendidas antigas aspirações nacionais, determinadas, aliás, pela própria formação histórica e pela própria geografia do país.

Já evocamos também o que fora a prática republicana de 1891. Deturpado facilmente o espírito da federação, exasperavam-se as tendências regionalistas.

A política não tinha nenhum sentido ideológico; os pequenos partidos regionais giravam apenas, salvo, naturalmente, algumas exceções, em torno de figuras ou grupos efêmeros de homens. as clientelas eleitorais pesavam duramente sobre os tesouros da União, dos Estados e dos municípios. Nos Estados mais pobres ou pior aparelhados economicamente desenvolviam-se os governos de natureza oligárquica; as "salvações militares" do tempo da Presidência Hermes da Fonseca, derrubando-os pela violência, não extinguira as condições que os haviam permitido.

À vida brasileira faltava, pois, aquele mínimo de idealismo, sem o qual as nações definham, e que explicara, por exemplo, a queda de Luís Felipe na França e de Pedro II no Brasil. A espécie de marasmo dos espíritos somente era perturbada pelos levantes civis ou tentativas de pronunciamentos militares. Desde 1922, acentua-se a fase das grandes agitações revolucionárias. Os governos dos Srs. Epitácio Pessoa e Artur Bernardes tiveram de defender-se contra frequentes sedições. Com a Presidência de Washington Luís parecera voltar a calma perdida, mas era apenas como uma concentração íntima de forças para a final explosão revolucionária. Todavia, o ressurgir das correntes revolucionárias não prometia nenhuma inovação de fundo na vida brasileira. Como já fizemos notar, elas se contentavam com a velha ideologia liberal e com o desejo de revezar o pessoal dirigente do país.

Desta forma, a Revolução de 1930, além de não encontrar propriamente adversário a combater, não trazia consigo nenhum grande programa amadurecido de ação. Na confusão natural da vitória é que teria de ser

determinada a orientação ideológica do novo governo. O Sr. Getúlio Vargas, com seu habitual tato político, não tentou forçar os acontecimentos, preferindo deixar que passassem com o tempo as inquietações dos seus companheiros de vitória, na maioria homens novos, sem treino da vida pública. De maneira geral, poder-se-ia dizer que a principal ideia dominante era a da reação contra o excessivo federalismo, pelo maior fortalecimento do poder central. Mas ao lado deste sentimento, muito explicável entre os militares pela formação nacionalista do seu espírito, entrechocavam-se as tendências confusas ou mal confessadas pelas ideologias extremistas da *direita* e da *esquerda*. Somente pequena parcela de antigos políticos, de feitio conservador e temerosos do possível "desenvolvimento" da Revolução, preferiam dá-la como encerrada, fazendo a Nação retornar ao antigo ritmo da sua vida.

A campanha pela reconstitucionalização do país começara logo depois da vitória revolucionária. Nela se confundiam naturalmente sinceros desejos de reintegrar o Brasil no regime de poderes limitados e aspirações comuns de políticos pelo retorno à sua antiga carreira, provisoriamente fechada. Ao Estado de São Paulo devia caber, por uma série de circunstâncias especiais, a chefia do movimento restaurador da Constituição. Tendo perdido em 1930 a hegemonia política da Nação, justificada pelo seu primado econômico, a volta ao regime constitucional era o meio mais certo de readquiri-lo. Muitos equívocos, inconscientes ou não, e que ainda não podem ser esclarecidos, converteram a pregação pacífica pela constituição em preparo revolucionário. Os políticos de São Paulo, reconciliados momentaneamente, numa "frente única", à

semelhança do que antes de 1930 tinham feito com êxito os partidos riograndenses, contando com a solidariedade de correligionários por todo o país, fizeram deflagrar, em julho de 1932, grande movimento revolucionário.

O governo do Sr. Getúlio Vargas pode contar desde logo com os governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de todos os Estados chamados "pequenos" e da enorme maioria das forças armadas. A sua vitória foi, pois, relativamente fácil. Triunfante, o Presidente Getúlio Vargas procurou tratar com a habitual generosidade os inimigos vencidos, onde tanto se encontravam adversários, quanto correligionários de 1930. Entregando o governo de São Paulo a elementos locais, fez as melhores diligências para apagar os antigos ressentimentos, iniciando a obra de conciliação política que deveria permitir a convocação da assembleia constituinte.

Mas para realizar as eleições era necessário primeiro atingir as fontes das fraudes antigas, pois os processos de alistamento e de reconhecimento de poderes tinham sido, no julgamento geral, das mais poderosas justificativas da Revolução de 1930. Poucos meses depois era decretado um Código Eleitoral, implicando a criação de uma justiça especial para o preparo das eleições e reconhecimento dos eleitos. Em novembro de 1933, reunia-se na capital da República a segunda Constituinte Republicana. Como a da União, iniciava-se a constitucionalização dos Estados. Pela primeira vez, na sua história política, o Brasil conhecia pleitos eleitorais livres. O voto obrigatório e o voto feminino avolumavam a massa dos eleitores e ajudavam a emprestar à campanha dos candidatos um estilo novo de propaganda.

De maneira geral, a Assembleia Constituinte espelhava as aspirações, tantas vezes desencontradas, da Revolução. Não fora possível precisarem-se certas correntes de ideias e nem mesmo se disciplinarem certas correntes de interesses capazes de dar alto sentido orgânico à obra a ser realizada pela Assembleia. A maioria dos seus membros era de homens novos, que não tinham tido nem a prática da política e nem a vida parlamentar.

O Presidente Getúlio Vargas não tentou intervir na vida íntima da Assembleia. Tendo-lhe entregue o anteprojeto de constituição, elaborado por uma comissão especial de juristas e publicistas, deixou que os deputados se orientassem por própria conta, dando-lhes ao mesmo tempo as mais formais garantias para o funcionamento da sua Assembleia. Os fatos posteriores fazem acreditar que o Presidente Getúlio Vargas, já desconfiado dos erros fundamentais que inquinavam a obra de reconstitucionalização, esperava que o país viesse em breve recorrer à sua autoridade pessoal para assegurar-lhe o pacífico desenvolvimento.

Façamos agora sucinta análise da Constituição de 1934. Antes de tudo, ao contrário da de 1891, clara e sintética, iluminada logicamente em todas as suas partes pelo liberalismo individualista do século XIX, a de 1934 era longa e difusa, por vezes minuciosa como um regulamento, sem lógica de doutrina, traduzindo essencialmente uma espécie de compromisso tácito entre as várias correntes mais ativas da Assembleia e da opinião revolucionária.

Conservando a estrutura *federalista* e *presidencialista* da primeira Constituição republicana, ela procurava corrigir certos excessos de regionalismo

e reforçar a autoridade do Presidente da República. Os casos de intervenção federal nos Estados, por exemplo, ficaram melhor definidos e, portanto, melhor resguardado o poder da União. Concedeu-se aos ministros de Estado o direito de comparecer às sessões do Congresso, nelas podendo discutir, embora sem direito de voto. O primeiro Presidente a República era eleito pela Assembleia, mas as eleições posteriores seguiriam a antiga regra constitucional do sufrágio popular. Mantinha-se a proibição da reeleição, sendo extinto o cargo de vice-presidente. No fundo, as atribuições do Presidente da República pouco diferiam das que lhe cabiam no regime de 1891.

O Senado sofria sensível transformação, deixando de obedecer ao tipo norte-americano da Carta de 24 de Fevereiro. Perdendo o caráter de câmara legislativa, com funções nitidamente revisoras, e representativa dos Estados, como unidade federais, passava a ser um órgão misto, excluído expressamente do capítulo sobre o Poder Legislativo. Proibido de intervir na elaboração das leis orçamentárias, podia, no entanto, promover planos administrativos, suspender a execução de leis, revogar atos inquinados de abusos de poder, aprovar certas nomeações do Executivo, etc. Compunha-se de 42 membros – 2 por Estado e 2 pelo Distrito Federal – com o mandato de 8 anos, renovável pela metade na época da renovação dos mandatos de deputados, alargados para 4 anos. Durante o período das férias parlamentares, a metade dos seus membros, convertida em sessão permanente, assegurava a continuidade da ação legislativa. No curto prazo de tempo que viveu, o próprio Senado do regime constitucional de 1934 não pode definir exatamente o seu campo de ação.

A Carta de 1934 caracterizava-se também pelas suas expressas preocupações sociais e econômicas, a que a de 1891, coerente com a sua época, ficara indiferente. Embora aceitasse o princípio de neutralidade do Estado em matéria religiosa, começava invocando o nome de Deus como homenagem à crença da quase unanimidade dos brasileiros. Capítulos especiais sobre a *Ordem* Econômica e Social, a Família, a Educação e a Cultura revelavam as tendências novas que inspiravam os legisladores constituintes, refletindo, aliás, a mentalidade dominante no país. Distinguia-se também certa orientação nacionalista, de acordo com o sentimento geral vigente. Assim, o rígido individualismo da Carta de 1891 era sensivelmente temperado pela de 1934. O direito de propriedade, além de sofrer maiores restrições, tinha nova definição teórica, em que os interesses da coletividade se sobrepunham aos do indivíduo. Instituía a obrigação futura de salário mínimo e da Justiça especial do trabalho, ratificando as conquistas da legislação social do Governo Provisório. Declarava indissolúvel o casamento, reconhecendo expressamente o religioso e articulava longamente os deveres do Estado em relação à educação e à cultura.

O Distrito Federal passava a ser autônomo, pela elegibilidade do prefeito, e o Território do Acre adquiria o direito de fazer-se representar na Câmara Federal dos Deputados. A organização da Justiça era mais ou menos idêntica à da antiga Constituição. Mantinha a dualidade da Justiça. O Supremo Tribunal tomava o nome norte-americano de Corte Suprema, sendo reduzido o número de juízes de 15 para 11. Restringia o *habeas-corpus* e criava o "Mandato de Segurança" para defesa dos direitos do cidadão contra ato ilegal das autoridades.

Mas a grande criação de ordem política da Constituição de 1934 era a representação profissional, confundida nas mesmas assembleias legislativas com a representação política, e que já tinha sido experimentada na formação das assembleias constituintes. Aos 250 deputados da representação política juntavam-se 50 mandatários das profissões, eleitos pelas suas respectivas classes e compreendendo igualmente empregadores e empregados, representantes das carreiras liberais e funcionário públicos. A representação de classes não correspondeu jamais à finalidade da sua instituição. Depressa, os deputados das profissões se confundiram com os agrupamentos partidários dos Estados. A divisão interna da Câmara continuou a obedecer ao condenado critério de outrora, isto é, pelos Estados, donde provinham os representantes, e nunca pela aglutinação natural das ideologias políticas.

A discriminação das fontes de rendas públicas não sofreu sensíveis modificações, comparada com a de 1891. A União perdeu mesmo alguns impostos. Tornou-se, todavia, mais clara a proibição dos impostos interestaduais, e a taxa dos de exportação, de que tanto tinham abusado numerosos Estados, foi fixada no máximo de 10% *ad valorem* das mercadorias.

Poder-se-ia afirmar que sem embargo do fortalecimento teórico dos poderes da União, esta continuava em plano, muitas vezes secundário, ante os chamados grandes Estados. O governo federal, para realizar medidas essenciais à administração pública, teria, como outrora, de transigir com os "grandes Estados". Nem mais a vantagem das autorizações legislativas, permitidas pela Carta de 1891, eram possíveis. Desta forma, querendo corresponder às aspirações

liberalizantes da Revolução de 1930, a Constituição de 1934 alheava-se das realidades do Brasil, realizando uma espécie de compromisso precário e, por isto mesmo, de efêmera duração.

Como fizemos para o regime constitucional de 1891, vejamos agora os resultados da sua aplicação prática nas atividades políticas e administrativas do país.

Desde a sua promulgação, a Nação começou a compreender que ela não trazia nenhum remédio aos grandes males de que se queixava, e cujo diagnóstico fora feito há muito tempo. O regionalismo mantinha-se mais vivo do que nunca; Estados opunham-se à União e a outros Estados como forças não raramente antagônicas. Acentuavam-se as rivalidades latentes entre as regiões do país, como Norte e Sul, de diverso ritmo de desenvolvimento econômico. A vida brasileira como que se dividia por vários compartimentos estangues, com graves perigos para a unidade nacional. O sistema de impostos facilitava sempre possíveis rivalidades econômicas entre os Estados. A União sentiu-se impotente para impor a todo o país uma orientação sistemática quanto aos grandes problemas nacionais. Supunha-se sempre possível uma coligação entre alguns grandes Estados, capaz de pôr em xeque a autoridade da União. As polícias militares eram pequenos exércitos permanentes. Perigosa preocupação de autarquia econômica parecia inspirar a política de alguns Estados. Como dentro da ordem constitucional era difícil combater os fermentos de desagregação nacional, generalizava-se a impressão de que, mais cedo ou mais tarde, as circunstâncias determinariam um governo de forte concentração de autoridade, como imperativo de salvação pública.

O Poder Legislativo, contra o qual, de preferência, embora nem sempre justa, se armavam as antipatias populares, não conseguiu redimir-se dos seus antigos erros. A representação de classes em coisa alguma concorrera para aumentar o seu prestígio e nem a sua ação construtiva. Como antigamente se atribuía a carência de autoridade do Parlamento às suas origens fraudulentas – impossibilitados ou dificultados, enfim, pela justiça eleitoral – convencia-se a opinião pública de que seriam mais graves ou mais profundos os motivos de seu desprestígio. O regime representativo apresentava todos os sinais clássicos da crise que o consumia. Os partidos políticos proliferavam por todo o Brasil, podendo contar-se por centenas, quase sempre organizados para os imediatos fins da concorrência eleitoral. O voto feminino, como acontecera, aliás, nas outras nações que o tinham adotado, em nada modificara os costumes políticos ou a rotina parlamentar. A esterilidade legislativa mostrava-se cada vez mais alarmante. A Nação perdia rapidamente as velhas esperanças no efeito milagroso do retorno ao liberalismo clássico.

As consequências da Constituição de 1934 na ordem administrativa não eram mais promissoras do que as que acabamos de analisar na ordem política. A administração pública encontrava os maiores óbices. Ela, que sempre fora no Brasil demasiado morosa e formalista, nada conquistara, no sentido da presteza e do caráter nacional dos seus serviços, com anova ordem constitucional. Faltavam essencialmente às máquinas administrativas da União, dos Estados e

dos municípios, órgãos de coordenação de esforços. O regime constitucional impedia que a União insistisse, pelo menos, na obra de estudos sistemáticos das grandes questões de interesse nacional.

Repostos na sua antiga autonomia, os Estados procuravam orientar-se por si mesmos, sem preocupação de sincronizar o seu trabalho com os dos outros para uma finalidade comum. A autoridade pessoal adquirida pelo chefe do governo, Sr. Getúlio Vargas, era ainda o melhor contra-freio aos e aos excessos do espírito regionalista; dentro das normas da Constituição pouco, no entanto, poderia fazer em tal sentido. A falta de disciplina política com o extremo fracionamento dos partidos tornava muito delicadas as relações diárias entre o Executivo e o Legislativo. Para conseguir as reformas administrativas que julgavam necessárias, os ministros de Estado eram forçados a cabalar pessoalmente junto aos grupos parlamentares ou junto a deputados de influência, como se estivéssemos no regime parlamentar.

De certo, não cabiam as culpas da situação do país à incompreensão do regime por parte dos congressistas; o que os fatos mostravam claramente era a crise do regime representativo. Desta forma, depois de uma revolução para sanear os costumes políticos e administrativos do país, reincidia-se nos erros do passado. Circunstâncias novas, oriundas do próprio estado de latente inquietação do país, agravavam extraordinariamente a situação. As ideologias extremistas tentavam passar da propaganda confessada ou não, aos fatos brutais. Em novembro de 1935, verificava-se o levante comunista do quartel da Praia Vermelha, na Capital da República, em coordenação com idêntico

movimento no Rio Grande do Norte e Pernambuco. O Brasil pode ter a rápida e trágica antevisão do que lhe estava preparado. O ardente patriotismo das forças armadas e a serena intrepidez do Presidente Getúlio Vargas dominaram, à custa embora de sacrifícios de alguns heroicos brasileiros, a tentativa do banditismo comunista. Passado o perigo deste, avolumava-se o do extremismo de direita, sob o nome de "integralismo". Entre as duas tremendas ameaças, o Brasil não sabia como trabalhar e viver. As leis existentes e a própria Constituição manietavam em grande parte a ação repressiva do governo.

A estes fatores de graves inquietações juntava-se em breve a agitação partidária em torno da sucessão do Sr. Getúlio Vargas na Presidência da República. Ao lado de duas candidaturas políticas ou democráticas, aparecia a candidatura revolucionária do chefe do integralismo. A veemência das paixões acesas ameaçava fazer extravasar dos quadros legais o problema da sucessão. O Brasil parecia marchar para novas revoluções, de aspecto ainda mais grave do que as que já tinham atropelado sua vida no meio século de regime republicano.

Pelo que sumariamente temos exposto, conclui-se sem dificuldades que as revoluções brasileiras foram sempre superficiais, não alcançando as raízes profundas da vida nacional. Por isto mesmo, depressa elas recaíam no antigo estilo, contra o qual tinham sido feitas. A dura realidade dos fatos, sobrepondose às doutrinas, havia obrigado os governos, quer na Monarquia e quer na República, a ladear as linhas básicas dos regimes constitucionais para poderem viver. No Império, houve o poder pessoal do soberano; na República, o poder, por vezes bem mais absorvente, dos chefes do Executivo. Dentro da pureza teórica

dos regimes, tornava-se difícil, senão impossível, o equilíbrio político e, mesmo, a continuidade administrativa. Tudo isto criava um ambiente de descontentamentos, gerador, por sua vez, do espírito revolucionário. A prosperidade econômica do país, em plena formação, podia conter a eclosão das revoluções ou lhes diminuir a importância e alcance. A grande Crise de 1929 ofereceu a oportunidade para o movimento, em grande estilo, de 1930.

Mostramos como rapidamente se desfizeram as ilusões dos que acreditavam curar a diátese do Brasil, substituindo os dirigentes, fatigados pelo longo exercício do poder, e garantindo a verdade das eleições políticas. A Constituição de 1934, fruto natural da confusão do momento histórico, mostrava-se muito mais inconsistente do que a de 1891. O Brasil abria os próprios flancos a toda espécie de infiltrações subversivas, não apenas da ordem política, como da ordem social.

O Sr. Getúlio Vargas compreendeu, com a lucidez do seu espírito político, a grave situação do país, vindo ao encontro dos desejos gerais por um governo forte, capaz de assegurar a ordem ameaçada. O golpe de Estado de 10 de novembro, declarou o Ministro da Justiça, não forçou um sentido novo na vida do Brasil: surgiu, ao contrário, como remate lógico para um estado de coisas, cada vez mais cheio de apreensões. A Revolução de 1930 teria encontrado, afinal, o seu possível rumo, depois de sete anos de experiências, de incertezas, de dúvidas. A rapidez com que foi recebida a instituição do Estado Novo bastaria para mostrar a sua correspondência com o sentimento comum dos brasileiros. Desapareciam com extrema facilidade os numerosos partidos políticos, que, por

tão dilatado prazo de tempo, se haviam entreposto entre o Estado e a Nação, sem conteúdo ideológico e sem finalidade definida, a não ser a mera conquista das posições.

Os elementos integralistas foram os únicos, talvez, a se iludir com o sentido do golpe de 10 de novembro, quando acreditavam que o Brasil se integrava no Estado totalitário que eles propagavam. A seu entender, desaparecera para sempre a democracia brasileira para dar lugar às ditaduras de extrema direita.

Entretanto, refletida análise da Constituição de 10 de Novembro evidencia o seu novo caráter democrático. Por muito tempo, como herança de ideias do século XIX, foi fácil a confusão, mesmo entre eminentes publicistas, entre os conceitos da democracia e do liberalismo de fundo individualista. Só recentemente se pode combater o velho equívoco. A essência da democracia reside no conceito da igualdade. Não a destrói, pois, a maior ou menor soma de poderes conferidos dos seus governos. Equívoca igualmente a confusão entre o regime representativo e democracia, pois não é apenas pelos pleitos eleitorais, tão facilmente viciáveis na forma e no fundo, que se manifesta o consenso popular, outra base irremovível das democracias.

A liberdade garantida pelo liberalismo típico do século XIX era muito mais formalista do que real. Tal como acontecia no campo econômico, implicando falsa livre concorrência individual, traduzia, de fato, a sujeição dos mais fracos. Não era em benefício da massa geral dos cidadãos que se despojava o Estado da maior parte dos seus poderes de comando, mas em favor de

algumas classes privilegiadas que, diretamente ou não, se tinham apossado do seu controle.

O novo conceito da democracia abandona o formalismo do antigo liberalismo. O indivíduo vive em função da sociedade, que somente o Estado pode representar e encarnar. Assim, cabem a este na vida social funções nitidamente ativas. Respeitando a iniciativa criadora dos indivíduos, ele procura orientá-los e harmonizá-los para o bem comum. Dispensado o intermédio dos partidos, tenta interpretar diretamente os sentimentos, os anelos e as reações das massas populares. O próprio Presidente Getúlio Vargas, dirigindo-se à Nação depois do golpe de 10 de novembro, fez clara síntese dos erros do velho liberalismo representativo, quando mostrou os perigos de todos os momentos dos regimes dependentes das flutuações partidárias. A democracia individualista oferecia fácil campo à infiltração das lutas de classe, reduzindo o Estado a uma atitude de triste impotência. (...)

[A Constituição de 1937 é] essencialmente nacionalista, no alto sentido da palavra, ela procura unificar a consciência dos brasileiros, não mais divididos em espécies de compartimentos estanques. À federação, reduzida aos seus necessários limites, deixou de ser possível o ambiente de desagregação. O Executivo assume frente às responsabilidades de dirigir o país, sem os subterfúgios de outros. O Brasil sabe que tem um governo, como o drama da vida contemporânea exige, um governo sem paixões pessoais, alheio ao pequeno jogo dos antigos interesses partidários.

Um ano já decorreu depois da Constituição de 10 de Novembro. O surto integralista, que pretendeu perturbar a paz da Nação, foi vencido. A confiança pública cimenta-se por toda parte. O governo sabe o que quer fazer e está livre para levar avante sua grande tarefa construtiva, através das grandes reformas econômicas e administrativas.

Viação e obras públicas

Examinemos, por exemplo, o que tem feito o atual governo no que toca aos serviços do Ministério de Viação e Obras Públicas, que enfeixa em suas atribuições encargos da maior relevância para o desenvolvimento nacional. Os meios de comunicações e de transportes têm uma significação primordial na vida dos povos e representam, incontestavelmente, um índice da cultura, da capacidade produtora, da potencialidade, enfim, das possibilidades de cada agrupamento social. Sem meios de transportes e de comunicações, não é possível nenhum intercâmbio, nenhuma intensidade de vida, nenhum crescimento. Pouco vale produzir, sem que haja recursos para se pôr em circulação o que se produz. Se tais necessidades são elementares para todo e qualquer povo politicamente organizado, com maior razão se fazem sentir num país como o nosso, dada a sua enorme extensão e a multiplicidade das suas várias zonas econômicas. Identificado com os problemas nacionais, sentindo de perto as exigências de cada setor da vida brasileira, vem a atual administração, à semelhança do que tem feito nos demais departamentos governamentais, encaminhado com segurança e continuidade as providências que se fazem

necessárias ao completo aparelhamento de cada serviço, como adiante se verifica.

Portos e navegação

Várias foram as reformas produzidas nos últimos anos nos nossos serviços portuários. Até 1930, na verdade, os serviços dos nossos portos eram superintendidos por dois órgãos (...). Unificadas aquelas repartições, passaram as atribuições que lhes cabiam a ser exercidas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, que se tornou uma organização de mais larga amplitude, cabendo-lhe elaborar e executar os planos para a instalação de novos portos, realizar as obras de melhoramentos dos atuais e das vias navegáveis, bem como fiscalizar a exploração comercial dos mesmos. (...)

Não ficou, porém, aí a ação do poder público. Impunha-se uma completa revisão na nossa legislação portuária, que, antiquada e desajustada como se achava, já não atendia convenientemente aos reclamos do nosso comércio, que começava a sentir grandes embaraços na sua expansão, mercê dessas dificuldades. Assim foram expedidos novos regulamentos, mais em conformidade com as exigências do momento. (...)

Finalmente, com o objetivo de ajudar as tarifas a serem cobradas pelos nossos diversos portos às condições econômicas das respectivas regiões, foram organizadas novas tabelas para cobrança das taxas portuárias (...).

Baixada Fluminense

Com o objetivo de promover e amparar o desenvolvimento da pequena propriedade, que melhor assegurará o aproveitamento e a cultura das terras a Baixada Fluminense, o Governo da República, em 1935, iniciou a valorização das referidas terras, que abrangem uma área de 17.000 quilômetros quadrados. Até então grande parte desses terrenos se encontrava inteiramente imprestável para os trabalhos agrícolas, alagadiços como se achavam, e desprovidos das mais elementares obras de higienização rural. Por outro lado, fazia-se necessária a intervenção do poder público no sentido de por termo à ocupação indébita de grande parte dessas terras, pertencentes à União, por títulos inequívocos, e que estão na posse de falsos proprietários, que as exploram desordenadamente, devastando suas reservas vegetais e sem qualquer orientação na prática dos seus escassos trabalhos agrícolas. Casos há em que indivíduos, sem justo título, nem posse legal, detêm grandes extensões de terras, ocupando verdadeiros latifúndios de 2 e 3 mil alqueires, que, além disso, permanecem incultos, em detrimento da produção e do desenvolvimento de tão importante zona.

Ante esse estado de coisas, o atual governo vem enfrentando com energia e decisão o problema na sua totalidade; ao mesmo tempo em que foram iniciados, com a necessária intensidade, os serviços de saneamento da região, onde têm sido realizadas obras de vulto, procurou-se estabelecer uma legislação adequada, a fim de expelis os exploradores, devolvendo à União essas grandes áreas, que, uma vez loteadas, serão redistribuídas aos pequenos lavradores, bem

como em condições de legalizar a situação dos pequenos posseiros que cultivam diretamente a terra. (...)

Entretanto, dessa maneira, no seu duplo aspecto o problema da Baixada Fluminense, com a realização do saneamento e da higienização rural das suas várias regiões e com a instituição de um regime de terras e de trabalho mais adequado, mais justo e mais consequente, o governo atual, com acerto e visão perfeita das nossas coisas, promove a valorização definitiva de tão importantes terrenos, incorporando-os à nossa riqueza mobilizável.

Nessas condições, alcança pleno êxito um notável empreendimento oficial, que bem dá uma mostra da capacidade técnica dos nossos serviços públicos e dos nossos homens, não só pela segurança das obras realizadas, como pelo seu vulto e caráter econômico, não contando ainda o seu destacado aspecto social.

Obras contra as secas

É fato que ninguém desconhece que somente após a Revolução de 1930 o problema das secas, que tanto afligem as populações nordestinas, foi enfrentando com método e continuidade. (...)

Assim, na administração que hoje responde pelos negócios públicos da União, foram dispendidos nas obras do Nordeste 775.099 contos, vultosa importância que teve a mais rigorosa aplicação nos serviços a que se destinou, trazendo essa inversão de capitais os mais altos resultados para a região. (...)

Realizadas essas obras, aproveitadas as terras nordestinas calcinadas pelas estiagens repetidas e prolongadas, mas de grande potencial para os trabalhos agrícolas, então terá o governo incorporado ao patrimônio nacional uma região até há pouco abandonada, pela incúria e pelo desleixo.

Correios e telégrafos

Os serviços dos Correios e Telégrafos têm sido, fora de dúvida, um dos setores da administração pública onde também muito se fez sentir o esforço renovador do governo inaugurado em 1930. A partir desta data várias foram as modificações introduzidas nos serviços em apreço até então precariamente instalados e enquadrados em normas burocráticas e antiquadas, já sem condições de acompanhar o desenvolvimento que vem se assinalando na vida social e administrativa do país. Hoje, mercê das providências diligenciadas e das grandes reformas levadas a efeito em toda a engrenagem daqueles serviços, encontram-se eles à altura de corresponder plenamente às suas funções, preenchendo as necessidades do nosso tráfego postal e telegráfico. (...)

A renda produzida com a execução dos serviços a seu cargo [elevou-se], sem que tivesse havido qualquer majoração de taxas. Tal acréscimo de renda expressa tão somente a eficiência e presteza dos nossos serviços postais e telegráficos, que tudo têm merecido do atual governo.

Aeronáutica civil

O tráfego aéreo tem forçosamente que constituir um dos grandes fatores de integração nacional, encurtando as distâncias, vencendo os obstáculos e acidentes geográficos e pondo em contato fácil e rápido os vários agrupamentos de população disseminados pelo nosso vasto território. Não fora a preocupação obstinada do atual governo de nadar construir algumas dezenas de campos de aterrisagem em todos os quadrantes do território nacional, possibilitando, dessa maneira, o pouso de aeronaves ao longo de toda a nossa faixa litorânea, bem assim penetrando para o centro em várias direções, permaneceriam ainda hoje as populações brasileiras fixadas nas regiões mais longínquas do nosso hinterland quase inteiramente desarticuladas da vida nacional, vivendo à margem das nossas coisas e dos nossos problemas fundamentais. (...)

Assim, é indiscutível que a aeronáutica tem sido entre nós um fator de desbravamento, de civilização, de incorporação dos brasileiros na comunidade da Pátria. Grande tem sido a preocupação do atual governo nesse particular, que na sua política rumo ao oeste, utilizou-se logo da aviação, destinada a ser um elemento decisivo no esforço que terá de ser desenvolvido para a realização dessa penetração, que constitui incontestavelmente um dos problemas de maior relevância e de maior importância para os destinos da nacionalidade. (...)

Lloyd Brasileiro

O Brasil não podia colocar-se fora da orientação geralmente seguida pelos demais países do mundo no que concerne ao transporte marítimo e, consequentemente, ao aparelhamento da sua marinha mercante. (...) É que todos os governos têm presente a importância que o transporte marítimo representa para a economia dos seus países, permitindo maiores facilidades ao movimento do seu comércio, à conquista de novos mercados para os seus produtos e à intensificação das suas trocas.

Implantado o novo governo brasileiro em 1930, teve o poder público de fazer face a sérias dificuldades, não somente em consequência da situação deficitária em que se achava o Lloyd Brasileiro, como também em virtude da precariedade da sua frota, antiquada, heterogênea e pouco econômica. (...) Tal era, em linhas gerais, a situação de desorganização e de descrédito a que tinha chegado o Lloyd Brasileiro, parecendo a todos inevitável a paralização dos seus navios e, consequentemente, a sua liquidação.

Nessa fase difícil resolveu o governo enfrentar seriamente a situação, encampando o Lloyd, para o fim de lhe imprimir uma organização mais adequada e uma orientação mais conveniente, como o primeiro passo para a efetivação de um plano amplo e racional em favor da nossa marinha mercante. (...)

Estradas de rodagem

Os serviços rodoviários federais ainda em 1937 tinham um caráter precário e eram superintendidos pela "Comissão de Estradas de Rodagem Federais". Com a expedição da Lei Nº 467, de 31 de julho de 1937, aquela Comissão foi extinta, criando-se o "Departamento Nacional de Estradas de Rodagem", que passou a exercer o encargo de conservar e construir todas as rodovias federais, cabendo-lhe, outrossim, elaborar e rever, periodicamente, o plano rodoviário nacional. Constituído um corpo de técnicos especializados, a quem cabe a elaboração do plano geral de construção de rodovias federais, bem como a iniciativa de determinar a precedência na execução das obras, dentro dos limites das dotações orçamentárias atribuídas aos serviços em foco, firmou o governo um elevado e sadio critério de ordem administrativa, excluindo a possibilidade da intervenção de influências estranhas que anteriormente tanto se faziam sentir. Tal orientação veio assegurar a mais completa liberdade de movimento ao mencionado Departamento, ajustando-se as suas iniciativas aos verdadeiros interesses do país e impedindo por completo a prevalência de interesses particulares, outrora tão frequentes e nunca concordantes com as necessidades e conveniências de ordem econômica e social da coletividade. Cingido a esse propósito e inspirado em diretrizes superiores, encontra-se aquele Departamento perfeitamente identificado com a sua grande tarefa, que é dotar o país de uma vasta rede de estradas de rodagem, abrangendo todos os Estados da Federação, obra que constituirá mais um forte vínculo para o fortalecimento da unidade nacional. (...)

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem vem desde algum tempo realizando todos os seus trabalhos sob regime de administração direta, permitindo tal orientação mais cuidadosa execução em todas as obras realizadas, ao mesmo tempo que proporciona a formação de um corpo técnico experimentado, capaz de levar a bom termo e com a necessária segurança a sua tarefa. (...)

Estradas de ferro

As vias férreas têm tido sempre uma função vital nos meios de transportes utilizados pelo homem e isso porque permitem elas o deslocamento relativamente rápido e a baixo custo de grandes massas de produtos (...), abastecendo os mercados, tudo em grandes quantidades e mediante tarifas menos onerosas do que as geralmente cobradas por qualquer outro sistema de transporte. (...)

De acordo com a nossa organização ferroviária, temos estradas de ferro que vivem sob administração particular, sendo, todavia, em maior número administradas pelo poder público. (...)

Todas essas estradas, no decorrer do período 1930-1938, têm experimentado uma assistência contínua e vigilante, tanto na sua via permanente, como no seu material rolante, embora suas condições de tráfego não se achem em estado de poder atender inteiramente às necessidades de

comunicações e de transportes das zonas a que se destinam, tão rápido foi o desenvolvimento econômico daquelas regiões nestes últimos anos. (...)

No setor da educação

Data de 1930 a instituição do Ministério da Educação e Saúde. Visava o governo, com esse novo Ministério, a centralizar e a desenvolver todos os serviços de saúde e assistência, cultura e educação até então existentes no país, criando também novos departamentos e serviços. Durante oito anos de atividade, o Ministério da Educação e Saúde tem realizado importantes trabalhos, especialmente nos últimos anos. A divisão, natureza e qualidade dos seus serviços é o que examinaremos aqui juntamente com as realizações e projetos em curso.

Em dezembro do corrente ano será inaugurado o novo edifício do Ministério, na Esplanada do Castelo. É um bloco de construção monumental, que apresenta soluções radicais para os problemas da arquitetura. (...)

Atividades do Ministério

Antes mesmo de se instalar no seu palácio, já o Ministério produz intensamente. Vimos que sua atividade se distribui em quatro setores gerais: educação e cultura, saúde e assistência.

Examinaremos agora, um por um, os diferentes aspectos da obra educacional do Ministério.

Ensino superior

O Governo Federal mantém uma Universidade padrão, a Universidade do Brasil, destinada a incluir todos os cursos superiores previstos em lei, e constituir, pela sua organização e seus métodos, o modelo de todas as escolas superiores do país.

Atualmente a Universidade do Brasil tem oito faculdades, sendo sete no Rio e uma em Ouro Preto: Medicina, Odontologia, Engenharia, Belas Artes, Química, Música, Direito, Minas. Duas mais serão transferidas: Escola de Agronomia e Escola de Veterinária. Estão em estudos, a Escola de Educação Física, Faculdade de Administração e Escola de Filosofia.

Ao passo que procura aperfeiçoar os serviços existentes, em matéria de ensino superior, o Ministro acelera os trabalhos de construção da Cidade Universitária, grupo de construções a serem levantadas na Quinta da Boa Vista, compreendendo 29 edifícios. (...) Além da Universidade do Brasil, mantém o Ministério a tradicional Faculdade de Direito do Recife, a não menos ilustre Faculdade de Medicina da Bahia, que irá ocupar novo edifício, entre numerosas construções compreendendo hospital, clínicas especializadas, etc., e a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, que também irá ocupar nova sede, constituindo um magnífico centro de estudos médicos.

Ensino secundário

O Ministério fiscaliza todos os estabelecimentos de ensino secundário, estaduais, municipais e particulares, em número de 600, com matrícula de 140.000 alunos. Como estabelecimento-padrão, mantém o Colégio Pedro II, cujas velhas instalações acabam de ser remodeladas, e que passarão a ocupar, dentro de pouco tempo, novas construções. O futuro edifício do Colégio Pedro II, destinado a tornar esse estabelecimento o modelo de todos os colégios brasileiros, custará 16.000 contos, devendo estar pronto dentro de quatro anos. Também mantém o Ministério o Colégio Floriano, no Ceará, resultante da transformação do antigo Colégio Militar, e pretende manter outros, em diferentes pontos do país.

Ensino primário

Até agora o ensino primário constituíra matéria de trabalho do Ministério. A antiga Constituição entregava essa missão aos Estados. Mas, pelo Decreto 868, de 18 de novembro de 1938, ficou definitivamente estabelecido o ensino primário como "problema nacional a ser resolvido sob a alta direção do Governo Federal". Essa resolução originou-se do reconhecimento de uma alarmante realidade: o analfabetismo está estabilizado no país. De ano para no aumenta consideravelmente a população do Brasil. O aumento das escolas primárias atende ao aumento da população; mas não liquida a massa de analfabetos.

Estamos, há muitos anos, com 60% de analfabetos. Assim, o analfabetismo aumenta na medida em que aumenta a população, mantendo uma relação constante. O esforço estadual e municipal não liquida a massa de analfabetos. A União vai legislar agora sobre o assunto, dedicando a esses serviços avultadas verbas. (...)

Ensino profissional

O Ministério tem 20 escolas profissionais, uma em cada Estado e uma no Distrito Federal, com exceção do Rio Grande do Sul. As escolas atuais não são consideradas boas pelas autoridades do Ministério. Resolveram então abandonar as existentes e construir novas. Já iniciaram a construção no Distrito Federal, em Manaus, S. Luís e Vitória, construindo, para substituí-la, novas escolas, cujas maquetes foram expostas no estande do Ministério da Educação, na Exposição do Estado Novo. (...) A qualidade do ensino, apesar das deficiências de instalações atuais, manifesta-se pelos excelentes resultados obtidos com o trabalho dos alunos.

Ensino especial

Com essa denominação classifica-se o ensino destinado aos que reclamam tratamento especial: cegos, surdos-mudos, débeis mentais, sentenciados, adultos, menores delinquentes. O ensino especial acaba de ser sistematizado no Ministério. O Instituto Nacional de Surdos-Mudos, fundado no

tempo do Império, está passando por completa transformação. O Instituto de Cegos Benjamin Constant, também datando do Império, tivera sua construção interrompida durante cerca de quarenta anos. está sendo agora completado, graças à verba de 2.000 contos atribuída a essa urgente remodelação.

No Instituto de Surdos-Mudos, também já 2.000 contos foram gastos, destinados a aparelhá-lo e aumentar a sua capacidade.

Educação física e Educação moral e cívica

A Constituição de 10 de Novembro tornou obrigatória a educação física em todos os estabelecimentos de ensino no país. Para tornar realidade essa imposição constitucional, era necessário aparelhar estabelecimentos de educação física e, sobretudo, preparar grande número de professores. O Ministério vai construir a Escola Nacional de Educação Física, construção magnífica, dotada de todos os dispositivos técnicos, e estimulará a criação de escolas semelhantes nos Estados. Enquanto não se efetua a terminação dos trabalhos dessa Escola, realizam-se cursos de emergência para formação de instrutores de educação física, na Escola de Educação Física do Exército.

A educação cívica destina-se a preparar o cidadão. Segundo o critério adotado pelo Ministério, esse ramo da educação se faz pelo exemplo dos grandes homens e pelas paradas e marchas. É intenção do Ministério introduzir na juventude a exaltação patriótica e o espírito de sacrifício. Está sendo preparado, nesse sentido, um plano completo de realizações.

Produção intelectual

Segundo a divisão adotada nos trabalhos do Ministério, inicia-se, com esse setor, o domínio da cultura. Considera o governo uma necessidade urgente a intervenção do Estado na produção intelectual, para que ela aumente. O governo tem duas formas de promover o desenvolvimento da produção intelectual: ação direta, produzindo, ele próprio, estímulo aos particulares. A produção direta é a que se relaciona com a ciência. (...) Quanto ao estímulo da produção pelos particulares a intervenção do Ministério se efetua por meio de exposições, concursos e prêmios. Além do Salão de Belas Artes, do Salão do Livro e de várias exposições, pretende o Ministério instituir, como já tem instituído para livros infantis, concursos de romances, conto, poesia, drama, etc., com prêmios compensadores.

O intercâmbio

O intercâmbio intelectual constitui grande preocupação do Ministério da Educação. Sua orientação nesse terreno é a seguinte: trazer de fora a contribuição da cultura estrangeira; mas insistir especialmente na expansão da nossa cultura. Considera o Ministério que a cultura estrangeira, por sua natural força de expansão, chegará aqui mesmo sem intervenção oficial; ao passo que a nossa cultura, para se tornar conhecida no mundo, necessita de veículo que a torne acessível e a impulsione. A exposição do livro brasileiro, a realizar-se em

Montevidéu, será as segunda iniciativa do Ministério nesse sentido, sendo a primeira o curso de conferências de intelectuais brasileiros no Uruguai; afora, evidentemente, a participação de delegações brasileiras em quase todos os congressos mundiais de ciência, arte, etc. também será incrementada a tradução de livros brasileiros, como forma para tornar conhecidos no estrangeiro os aspectos peculiares da nossa cultura.

Livros e bibliotecas

Considerando o livro como principal instrumento de cultura, o Ministério encara a questão do livro por três diferentes aspectos: a produção oficial de livros, o incremento à edição particular e a formação de bibliotecas. A produção, de modo gral, deve ficar a cargo das livrarias particulares. Para forçar a diminuição do preço dos livros, pretendo o Ministério conseguir redução de impostos e outras facilidades. Mas um determinado número de livros não pode merecer a atenção dos editores, por não apresentarem suficiente capacidade de venda. É o caso de obras raras, de cultura superior, ou obras históricas de caráter erudito. Cabe então ao governo editar essas obras. (...)

Visando a estimular a formação de bibliotecas, o Ministério auxilia diversos empreendimentos estaduais, e pretende ampliar a sua ação nesse particular. Para esses três objetivos em relação ao livro, foi fundado o Instituto Nacional do Livro, que está em fase de organização. A Biblioteca Nacional, que recolhe obrigatoriamente todos os livros publicados no país, e os melhores

dentre os estrangeiros, está passando por completa remodelação. A Casa de Rui Barbosa, que guarda a grande biblioteca do famoso tribuno e jurisconsulto, é cuidadosamente conservada.

Um aspecto parcial da questão do livro, de grande interesse para o Ministério, é o livro de crianças. O livro didático será controlado, segundo recentes disposições do governo. Quanto à literatura infantil, compete à Comissão de Literatura Infantil, que já premiou três livros em concurso, e está iniciando, com a publicação do primeiro volume, uma Biblioteca da Criança Brasileira.

Patrimônio histórico e artístico

Centenas de obras de arte e objetos de inestimável valor histórico estavam dilapidados ou consumidos, pelo tempo e pelos especuladores. Às ruínas com que o passar dos anos marcavam as obras dos nossos antepassados juntava-se a ação dos contemporâneos, assumindo caráter de verdadeira devastação. Para proteger o patrimônio que recebemos, e entregá-lo intato às futuras gerações, foi criado o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sua primeira função é proceder ao tombamento do material espalhado por todo o nosso território. O arrolamento das preciosidades artísticas e históricas desconhecidas ou malbaratadas virá dar ao país o inventário dos seus bens culturais. Depois, restaurar e conservar esse material. Grande parte

desses objetos é transportável. Cabe então ao Serviço levá-los para museus, onde sejam expostos à visitação pública.

O Ministério considera dever do governo a fundação de museus. (...)

Teatro

O Ministério, tendo em vista a crise mundial por que passa o teatro, em virtude de conflito com o cinema na preferência do público, resolveu orientar nacionalmente o teatro brasileiro. Seu programa assim se distribui: ampliação do número de casas de espetáculo, a fim de facilitar a sua utilização pelas companhias, estímulo à construção particular de teatros, e aluguel dos palcos existentes para cedê-los a companhias nacionais; produção e tradução de obras teatrais. (...)

Desde 1937 vêm sendo subvencionadas diversas trupes de profissionais e amadores, estando algumas ainda em funcionamento. No ano corrente, serão ampliadas essas subvenções. Para controlar e dirigir os trabalhos de estímulo ao teatro, foi criado o Serviço Nacional do Teatro.

Comemorações - conferências - exposições

Partindo do princípio de que a cultura apresenta dois aspectos perfeitamente distintos, o da alta cultura, trabalho das elites, e o da cultura popular, que se destina a levar às massas os reflexos da cultura, sobretudo em

divertimentos, o Ministério encontra nas comemorações de grandes datas e de figuras nacionais, excelente momento para expandir a segunda parte do seu programa cultural. A Festa da Bandeira, a Hora da Independência e outras festividades de grande repercussão, são comemorações periódicas promovidas pelo Ministério. O centenário de José Bonifácio e de Carlos Gomes, por exemplo, são comemorações isoladas que o Ministério frequentemente organiza. Com esses dois tipos de comemorações, procede-se a uma obra de penetração cultural nas massas populares.

De acordo com o programa do Ministério da Educação, as conferências destinam-se a levar ao público tudo aquilo que não pode ser dado em aula. No Distrito Federal, tem o governo promovido várias séries de conferências, uma das quais, a dos "nossos grandes mortos", instituída há dois anos, continua ainda, já tendo realizado mais de 30 conferências.

Promover em todo o país, direta ou indiretamente, exposições de toda natureza, é uma das preocupações do Ministério. Duas grandes exposições foram realizadas no Rio de Janeiro: a Nassoviana, que reuniu documentação da época do domínio holandês no Brasil, e a de José Bonifácio, realizada na Biblioteca Nacional, reunindo documentação de grande valor histórico para o conhecimento da vida e obra do líder da independência. (...) A primeira exposição permanente foi realizada pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico: é uma curiosa exposição de valiosos materiais, que se renova de dois em dois meses, franqueada ao público. O Ministério está estudando atualmente a realização de exposições em todo o país.

Esportes – cinema - rádio

O Ministério da Educação considera o esporte como uma modalidade de cultura popular, constituindo atividade de grande repercussão no sentimento da população, despertando o culto pela beleza e a perfeição física. Interessa-lhe mais o reflexo dos campeonatos na massa popular, do que o campeonato em si. para que essa influência cultural do esporte seja cada vez maior, o Ministério subvenciona sociedades e clubes esportivos, e vai organizar, no decorrer deste ano, o esporte nacional, criando a legislação necessária.

Verificando ser o cinema a principal diversão do brasileiro, o Ministério considera necessário orientar o cinema. "É o principal instrumento de cultura popular de que dispomos", afirma uma autoridade do Ministério da Educação. Para centralizar os serviços de orientação e estímulo à produção cinematográfica, foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, cujos serviços já começaram a funcionar, devendo ser intensificados com a terminação do edifício-sede em construção.

Dado o constante aumento do número de possuidores de aparelhos de rádio no país, o Ministério resolveu criar o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa, que vai controlar as estações particulares e montar estações de fins educacionais, devendo ser organizada, dentro em pouco, a lei respectiva. Como primeira estação da futura rede nacional de transmissoras do Ministério, está em visas de conclusão, devendo ser inaugurada em março uma estação oficial

de 25 quilowatts. A seção de transmissões, montada no Engenho de Dentro, custou 1.200 contos.

Dividindo sua atividade em dois setores gerais: a educação e a cultura, o governo vem realizando uma obra de completa transformação do aparelhamento educacional brasileiro e um desenvolvimento notável dos meios de produção cultural. Os resultados desse trabalho estão expressos na reanimação das atividades intelectuais, e no melhor e mais geral aproveitamento escolar que hoje se verifica no Brasil. Ao programa de construções, que vem sendo rigorosamente cumprido, corresponde um movimento de renovação de ideias e sistemas, no sentido de um melhor aproveitamento e maior método no trabalho.

Os problemas de saúde

Os serviços federais de saúde pública, dirigidos pelo Ministério da Educação e Saúde, tiveram, com a criação desse Ministério especial, em 1930, um notável impulso. Se em qualquer país os serviços de saúde pública representam um dos melhores sinais do seu grau de adiantamento, no Brasil essa importância aumenta, em virtude das nossas necessidades tão extensas. Desde logo compreendeu o Ministério da Saúde a conveniência da organização de um plano sistemático de realizações em matéria de saúde, substituindo a antiga confusão, onde, ao lado de campanhas magníficas, como a do grande

Oswaldo Cruz no combate à febre amarela, figuravam empreendimentos descontrolados e inconsequentes.

Segundo o critério do Ministério da Educação e Saúde, a base de qualquer política sanitarista está na prevenção. Pela prevenção eficiente, pode-se evitar ou reduzir ao mínimo a maior parte das moléstias. A prevenção se faz pela educação sanitária da população. (...)

Outra preliminar da organização sanitária de um país é a defesa da saúde das crianças. A puericultura prepara crianças capazes de resistir aos males que as atacarem depois, no decurso da sua vida. O Ministério, compreendendo o valor dos serviços de proteção à saúde da criança, está criando o Instituto Nacional de Puericultura, para ser ao mesmo tempo um centro de estudos científicos e de propaganda intensa, de estímulo, de divulgação, centralizando todos os serviços do gênero. (...)

Tratamento de doenças

Esta é a segunda parte da obra sanitária. Como a primeira, ela é múltipla e complexa, exigindo ao mesmo tempo uma distribuição ampla de serviços e uma orientação rigidamente centralizada. (...)

Divididas as atividades do setor "Saúde" do Ministério da Educação e Saúde, em serviços de higiene e serviços de assistência, vimos como o governo está atacando, resolutamente, todos os trabalhos referentes à higiene. Quanto à assistência, antes tão precária em nosso país, constitui agora objeto de completa

transformação, destinada a levantar um plano de realizações, capaz de alterar radicalmente s condições de saúde da população. Esse plano, ainda não divulgado, será a grande tarefa da política sanitária em 1939.

A questão social

Quando se tiver de fazer o processo histórico do período inaugurado no Brasil pela Revolução de 1930, a solução nacional encontrada para a questão trabalhista será considerada, sem dúvida, a mais importante contribuição do nosso tempo para o desenvolvimento do país. A criação do Ministério do Trabalho, a 26 de novembro daquele ano, encerrou o período em que a questão social era "um caso de polícia". Nova mentalidade se formava para encarar de forma completamente diversa as questões suscitadas pelo trabalho. As relações entre patrão e operários, as obrigações e direito de ambos em face ao Estado, mereceram pela primeira vez um estudo substancial. (...) Cabia ao novo Ministério regular as questões trabalhistas, empreendendo, em pouco tempo, a mais completa obra de legislação social realizada no continente. Basta dizer que diferentes leis já em vigor no Brasil, só depois encontrariam ambiente propício à sua execução em diversos países dos mais adiantados. (...)

A Constituição de 10 de Novembro deu uma estrutura corporativa à organização nacional. No seu art. 61, tratando das atribuições do futuro Conselho da Economia Nacional, inclui entre as suas obrigações: "promover a

organização corporativa da economia nacional". E mais adiante, no item (f), alínea III: "propor ao governo a criação de corporações de categoria".

Essa alteração profunda na organização sindical acarreta uma transformação da estrutura que lhe foi dada até agora. O novo projeto de lei sindical, em estudos, esboça as tendências corporativas da futura organização do trabalho no Brasil.

Legislação trabalhista

A parte administrativa do Ministério é desconhecida do grande público, pois, tendo como objetivo garantir a eficiência na aplicação das leis do trabalho, só aparece no momento em que falha o seu funcionamento regular. Quando ela funciona com perfeição, distribuindo as vantagens e assegurando o cumprimento dos deveres impostos pela legislação, torna-se impessoal, anônima, fazendo-se valer mais pelos resultados que proporcionou do que pela sua presença imediata.

A legislação trabalhista, ao contrário, é a parte evidente e justamente famosa do serviço desse Ministério. (...)

Sem dúvida, o número de decretos não bastaria para documentar uma fecunda atividade. Vejamos, portanto, a substância. Horário de trabalho, regulamentação e execução fiscalizadora desse horário, lei de dois terços de trabalhadores brasileiros, condições do trabalho de mulheres e menores; representação profissional; aposentadoria e pensões; ampliação dos direitos e

fiel cumprimento dos deveres de empregadores e empregados; lançamento das bases da justiça do trabalho; sindicalização indiretamente obrigatória; criação do seguro social; eis, em rápido resumo, as mais notáveis realizações do Ministério do Trabalho.

Justiça do trabalho

Toda obra compendiada em decretos, resoluções e atos legislativos seria, entretanto, inócua, se não houvesse uma organização capaz de regular, fiscalizar e fazer cumprir suas determinações. Além desse objetivo de ordem executiva, outra necessidade, de ordem judiciária, se impunha, compondo, com aquele, os elementos indispensáveis ao resultado completo e perfeito da legislação social brasileira. Para essas duas funções, a executiva e a judiciária, que no caso da aplicação e regulamentação da lei se fundem e se justapõem, foram constituídos diversos órgãos cujas funções passaremos a examinar. (...)

Com a Constituição de 10 de Novembro, processaram-se fundas modificações no direito operário brasileiro. O artigo 139 da Carta então promulgada instituiu a justiça do trabalho "para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregados e empregadores, reguladas na legislação social", tendo o titular daquela pasta encarregado uma comissão de elaborar o novo projeto, neste momento pendente de resolução do governo. O projeto de justiça do trabalho parte do seguinte princípio geral: a justiça do trabalho é especial, é de natureza econômica, e visa à paz social. Tomará conhecimento de questões

oriundas do contrato de trabalho: salário, natureza do serviço (salubre ou insalubre); horário; alteração de salário; pagamento; duração do trabalho; tempo de repouso; licenças obrigatórias, como no caso de gravidez; readmissão obrigatória; greve e *lock-out*, pelo referido art. 139 da Constituição do Estado Novo "são declarados recursos antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional"; despedida sem justa causa, etc. Abrangerá também, por extensão, os contratos de empreitada entre artífices e operários. Essa modalidade tem para nós grande importância, pois que dela ainda participa a maior parte dos contratos de trabalho em nosso país. (...)

Enquanto não entra em execução o projeto da Justiça do Trabalho, unificada, funcionam, com pleno rendimento, os órgãos existentes, já referidos acima, Culminará, com a instituição da Justiça do Trabalho em moldes definitivos, a obra de assistência jurídica do Estado aos empregados e empregadores, tornando efetivos, na prática, os objetivos de paz social visados pelo Ministério.

Organização da previdência

A previdência, como forma de preservação social, encontrou no Ministério do Trabalho um ardoroso propugnador. Do antigo Instituto Nacional de Previdência dos Funcionários Públicos da União formou-se o Instituto Nacional de Previdência, em julho de 1934. Em janeiro do ano corrente, passará

a fazer parte do Instituto de Previdência a Assistência aos Servidores do Estado, ao qual ficará incorporado com todo o ativo e passivo. (...)

Povoamento

Importantes trabalhos foram efetuados pelo Ministério, em relação ao conhecimento da densidade, localização e distribuição demográfica das correntes imigratórias no Brasil. Não apenas quanto aos imigrantes estrangeiros, mas quanto ao deslocamento de correntes imigratórias nacionais, dentro do país, o resultado das investigações procedidas pelo Ministério do Trabalho, apresenta as mais interessantes verificações. Na base desses trabalhos, poder-se-á, de agora em diante, fixar e regular a nossa política em matéria de imigração, assim como a composição equitativa dos núcleos de povoamento do país. (...)

Do Conselho de Imigração e Colonização esperam-se trabalhos muitos úteis, não só no que se refere à entrada de imigrantes estrangeiros, como em relação à melhor distribuição das correntes de trabalhadores nacionais que periodicamente se deslocam de norte a sul do país.

Diversas organizações

Numerosas comissões e organismos diversos subdividem a atividade do Ministério do Trabalho em outros tantos setores. (...)

Salário mínimo

Atualmente, a par da reforma da legislação sindical, o salário mínimo figura como tarefa principal do Ministério. Vinte e duas comissões de estudo das condições para o salário mínimo estão em pleno trabalho nos Estados, no Acre e no Distrito Federal. Dentro em pouco o Departamento de Estatística do Ministério entrará em fase de estudos da questão, tendo em mãos o material dos questionários distribuídos em todo o país, chegando à conclusão definitiva que deverá fixar o salário para cada região, de acordo com as condições de vida peculiares a cada uma e os índices econômicos verificados. Salário mínimo – segunda a definição legal – é uma remuneração capaz de satisfazer, em determinada região do país, e em determinada época, às necessidades normas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Esse é o objetivo visado pelo governo, com a projetada instituição do salário mínimo para todo o país.

Balanço de uma grande atividade

Na confusão dos primeiros tempos que sucederam à Revolução de 1930, quando os quadros políticos, instáveis e contraditórios, determinavam súbitas mutações e variações inesperadas, o Ministério do Trabalho, que era parte do programa do governo do Sr. Getúlio Vargas, realizava uma obra positiva construindo uma legislação sem precedentes na América. Os defeitos da

legislação, seus excessos e suas medidas inadequadas correram por conta da inexperiência dos seus autores, do desconhecimento das condições nacionais e da própria instabilidade do meio em que se iria desenvolver a sua formação legal. Mas incontestavelmente, com seus erros, seus excessos, suas medidas inadequadas, a legislação trabalhista no Brasil levou o país ao primeiro plano, entre as nações cuja legislação social se conta das mais adiantadas. (...) A comparação com os outros países, portanto, no caso das leis trabalhistas, só nos é favorável.

Quanto à aplicação dessas leis, no âmbito nacional, sem dúvida haverá ainda o que regular. Desse minucioso trabalho de retificação e comparação com a realidade, encarrega-se atualmente o Ministério do Trabalho, com os mais auspiciosos resultados. Os benefícios, entretanto, foram incorporados à vida nacional como um sinal dos tempos. Longe das antigas incompreensões e da falta de iniciativa no terreno da proteção ao trabalho e aos trabalhador, o Brasil pode servir de exemplo como um país que levantou, da noite para o dia, uma obra de assistência social que cada vez mais se aperfeiçoa. Cessaram, como por encanto, os pretextos da agitação extremista, pois não tomava corpo entre os trabalhadores a propaganda de medidas de proteção e assistência que eles já possuíam garantidas em lei. (...)

O Palácio do Trabalho

No programa de construção de grandes edifícios públicos, destinados a centralizar as diferentes repartições de cada departamento do Estado, foi levantado o Palácio do Ministério do Trabalho, cuja inauguração, no 1º aniversário da implantação do Estado Novo, constituiu acontecimento de repercussão nacional. (...)

Sentido da legislação social-trabalhista

Essa valorização do "material humano", esse esforço pela recuperação do equilíbrio entre capital e trabalho, essa paz social conseguida por meio de recíprocas concessões e frequentes entendimentos, caracterizam a legislação social-trabalhista do Ministério do Trabalho. Por entre experiências e tentativas, percebe-se uma linha de continuidade que visa à pacificação das forças produtoras, dignificando o trabalho e valorizando o trabalhador.

Nossa Marinha de Guerra

A partir de 1930, nova era se inicia para a Marinha de Guerra do Brasil. O trabalho de reerguimento do nosso poder naval se inicia, com uma intensidade até então insuspeitada. Caracterizando-se pela renovação do material flutuante, construção de prédios e aperfeiçoamento do preparo técnico do pessoal,

constitui neste momento assunto pelo qual se interessa pessoal e diretamente o Chefe do Governo. (...)

A orientação dominante na Marinha atual é a de promover a renovação do material flutuante e o treinamento das suas guarnições no mar; mas também, além da atividade dos arsenais e movimentação dos navios, tem o governo procurado aperfeiçoar os múltiplos serviços auxiliares de que carece uma esquadra para atingir plena eficiência bélica, seja pela ampliação, seja pela remodelação, ou pela criação de novos órgãos, de acordo com as necessidades de modernização da Marinha Militar. (...)

O pavilhão da Marinha

Nem tudo o que se faz na Marinha pode ser exibido em público, evidentemente. Mas a parte de suas atividades que pode constituir objeto de conhecimento geral, por não constituir segredo militar, figura no pavilhão da Marinha, na Exposição Nacional do Estado Novo, e é quanto basta para despertar geral admiração pelo esforço realizado e pelos resultados em tão pouco tempo conseguidos.

A grande atração foi, sem dúvida, o diorama da nossa esquadra, diante do qual os visitantes constantemente desfilaram. O novo Palácio da Marinha, construção sóbria e compatível com as necessidades do importante Ministério, está representado na Exposição por uma perfeita maquete, além de coleções de fotografias que ilustram detalhes da construção. (...)

Armamento

A Diretoria de Armamentos da Marinha organizou um mostruário dos mais curiosos. A peça mais interessante é, sem dúvida, o torpedo "Siluro-Whitehead", de sete metros de comprimento, com cabeça de exercício. Pertence esse torpedo ao armamento dos novos submarinos *Tupi, Tamoio* e *Timbira*. (...)

Saúde naval

A seção de saúde do Ministério da Marinha expõe fotografias do Hospital de Tuberculosos e Colônia de Férias, em Friburgo, com seus gabinetes e instalações; Instituto Naval de Biologia, na Boca do Mato, com seus gabinetes e aparelhamento; Hospital Central da Marinha, o novo Pavilhão Morais Rego, com seus gabinetes de eletrocardiologia, gabinete de Roentgenfotografia e o novo pavilhão de clínica cirúrgica. (...)

Aviação naval

O setor de aviação tem merecido, na Marinha, especial atenção. As exibições efetuadas na Exposição do Estado Novo demonstram, com auxílio de gráficos, aparelhos e informações, essa afirmação. Na parte central do recinto da Exposição, destinada à Marinha, destaca-se um avião bimotor de bombardeio – o décimo já concluído da série em construção nas oficinas da Aviação Naval. (...)

Também figura na parte relativa à Aviação Naval um avião-escola, o quadragésimo de uma série, construído nas suas oficinas. (...)

As atividades agropecuárias

As condições históricas da primitiva ocupação do Brasil condenavam-no ao regime da monocultura agrícola ou, mais exatamente, da cultura extensiva de alguns gêneros agrícolas. (...)

Durante a segunda metade do século passado, e no atual, até a vitória da Revolução de 1930, o café sintetizou a riqueza econômica do país. O Brasil era o café (...).

A crise mundial atingiu em cheio a estrutura da sua economia. O governo surgido do movimento vitorioso de 1930 procurou sabiamente liquidar, sem abalos profundos na vida do país, a antiga política do café. Este produto, continuando embora a ser a mais forte base da riqueza brasileira, perdeu o seu antigo caráter absorvente das atividades produtivas do país. (...) Outras culturas, em relativo abandono ou exploradas empiricamente, como o algodão, e certas culturas novas, começaram a afirmar-se vitoriosamente. O desenvolvimento das indústrias fabris obedece ao mais acelerado ritmo, e com o início da marcha sistemática para a policultura e com a industrialização crescente, amplia-se extraordinariamente o comércio interno.

Acentuamos preliminarmente estes fatos porque eles marcam a auspiciosa transformação econômica do Brasil no período que vem desde 1930.

Deixamos de ser um país de monocultura agrícola, adstrito, para viver, aos saldos da sua balança comercial, para alargarmos nossa esfera de trabalho, dando mais sólidos alicerces à nossa economia. (...)

O programa geral do Ministério da Agricultura, depois de 1930, pode ser resumido, em suas linhas gerais pela racionalização dos serviços técnico-administrativos e direção econômica da produção agrícola. (...)

Com o advento do Estado Novo, a 10 de novembro de 1937, o Ministério da Agricultura acelerou o ritmo da sua ação e traçou em linhas gerais seu programa de trabalho, que se pode resumir nos seguintes itens: lavoura intensiva, com a aplicação dos processos racionais; ação intensiva dos agrônomos para que a produção possa atingir o máximo em quantidade e qualidade; produção do pão misto; racionalização da pesca; exploração conveniente da pecuária e da avicultura; irrigação das terras; problema da adubação; padronização dos produtos agrícolas de exportação; problema do trigo e utilização de gasogênio ou do combustível nacional. (...)

Situação econômico-financeira

Duas são as maneiras de se aferir as consequências dos movimentos sociais e políticos que agiram os povos em sua existência através da história: o estado psicológico e a situação econômica e financeira. Esta norma pode ser adotada em relação ao movimento revolucionário que se alastrou pelo Brasil, de norte a sul, em outubro de 1930, e que encontrou o seu complemento, o seu

acabamento e a sua estruturação na criação do Estado Novo, a 10 de novembro de 1937.

Do ponto de vista financeiro e econômico, verificamos que não somente a grande crise em que se debatia o país em 1930 foi debelada, mas que o país recuperou a antiga posição e tem avançado, de uma maneira vertiginosa, no campo do trabalho, dando-se a si mesmo novos recursos, novas fontes de renda e novas mercadorias de consumo. O progresso realizado pelo Brasil, de 1930 até esta parte, é tão evidente que os críticos mais pessimistas não o podem negar. Divergem apenas na maneira de explicá-lo. Trabalhamos para a coletividade, como nunca se havia trabalhado até então. (...)

O que, porém, dá uma ideia precisa do grande progresso realizado pelo Brasil depois da Revolução de 1930, é o movimento do seu comércio, tanto interno como externo. Nossa exportação tem crescido com uma rapidez extraordinária (...).

Os novos códigos

Em 1930, já era grande o número de leis esparsas no Brasil, derrogatórias dos códigos civil, comercial e penal. Essas derrogações tornaram-se cada vez mais numerosas, em virtude da fecunda ação legislativa do Governo Provisório. Mas não era conveniente cuidar, desde logo, de novas codificações, porque a Revolução trazia consigo um ideal renovador que não estava ainda bem nítido

na consciência dos seus responsáveis [o que viria a ser realizado até a Constituição de 1937, quando vários códigos foram elaborados].

Organização judiciária

Por ocasião do advento do poder revolucionário, em 1930, vigorava no Brasil, em relação à organização judiciária, o regime da dualidade de justiças: um justiça local (estadual) para decidir as controvérsias entre particulares, e uma justiça federal, para dirimir os litígios em que a Fazenda Pública fosse parte interessada e certos pleitos individuais de maior relevância pública.

Eram inúmeras as dificuldades resultantes dessa dicotomia judiciária (...).

Pode assim a Constituição de 10 de Novembro resolver esse antigo problema da nossa organização judiciária (...).

No terreno da organização judiciária, merece destaque ainda a criação da justiça eleitoral, destinada à execução da legislação eleitoral em todo o país.

Aparelho penitenciário

A partir de 1930, o governo brasileiro vem demonstrando um acentuado interesse pelo desenvolvimento e melhoria do nosso aparelho penitenciário. Apesar do extraordinário custo dos estabelecimentos dessa natureza, que torna caríssimas a manutenção e educação dos elementos nocivos à sociedade, já se

tem realizado muita coisa nesse terreno. Não resta dúvida, entretanto, que a tarefa a cumprir é vasta.

No tocante às iniciativas e realizações do Governo Federal, encontramos na Exposição do Estado Novo uma demonstração suficiente dos trabalhos que estão sendo feitos e dos que vão ser iniciados. Destacam-se, entre eles, a projetada colônia presidiária de Fernando de Noronha e a completa remodelação e ampliação da ex-Colônia Correcional de Dois Rios. (...)

Proteção aos menores

Entre os especialistas, o Código de Menores do Brasil é reputado um dos mais perfeitos. Completado, a partir de 1930, com os dispositivos aplicáveis das leis trabalhistas e com os novos princípios da Constituição de 10 de Novembro, que considera abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude como *falta grave* dos responsáveis por sua guarda e educação – podemos dizer que o nosso país possui uma ótima legislação sobre menores.

Apesar disso, a precariedade dos estabelecimentos públicos destinados ao recolhimento, educação e reforma dos menores desamparados tem dificultado extraordinariamente a aplicação desta lei, com evidentes prejuízos para a coletividade. (...) Mas o governo mostra-se disposto a enfrentá-lo decisivamente. (...)

Serviços policiais

Outra preocupação do governo empossado pela Revolução de 1930 foi o aperfeiçoamento dos serviços policiais, que já não correspondiam às necessidades de segurança da ordem social. Na capital da República, onde a jurisdição policial compete ao Governo da União, criou-se uma Polícia Especial (de choque), melhoraram-se os serviços de Polícia Militar e reformou-se a Polícia Civil. (...)

Polícia militar

As instalações da Polícia Militar do Distrito Federal mereceram também especiais cuidados do Governo Revolucionário, que as tem melhorado consideravelmente. (...)

O intercâmbio policial com o estrangeiro também aumentou grandemente nestes últimos anos. Merece destaque a criação do Birô de Polícia Continental, que deve ser instalado durante o corrente mês em Buenos Aires. O Brasil participou dos entendimentos preliminares para a constituição desse importante órgão.

Defesa das instituições

Capítulo de maior relevância no relato da ação governamental, de 1930 até a presente data, é o que se refere à defesa das instituições nacionais. A

necessidade de salvaguardar o regime contra os ataques subversivos manifestou-se, de maneira mais acentuada, em princípios de 1935, quando o comunismo intensificou sua campanha, apoiado numa organização partidária de âmbito nacional. Foi nessa época que o Congresso votou a Lei de Segurança Nacional, de abril daquele ano, definindo os crimes contra as instituições sociais e políticas. Armado desses poderes, o governo fechou a Aliança Nacional Libertadora, com partido de programa subversivo, e iniciou um combate sistemático aos adversários do regime.

Mas o trabalho de infiltração prosseguiu, resultando na revolta comunista de novembro de 1935. Convenceram-se, então, os responsáveis pela ordem social que as medidas de defesa em vigor eram ainda insuficientes. Foi quando o Congresso reformou a Lei de Segurança num sentido mais enérgico, continuando, entretanto, os crimes sociais e políticos na competência da justiça federal. Urgia, entretanto, que a defesa das instituições progredisse na mesma proporção do perigo decorrente de novas articulações subversivas. (...) Mais tarde, já na vigência da Carta de 10 de Novembro, que lhe deu configuração constitucional, foi o Tribunal de Segurança reformado, passando a ser um órgão permanente, com jurisdição exclusiva para os crimes de sua competência. (...)

Quase três anos depois, outra tentativa subversiva, já agora de direita e não da esquerda, viria impor ao governo novas precauções para salvaguarda do regime. (...) Debelada essa intentona, de maio de 1938, o governo teve necessidade de decretar algumas leis importantíssimas — ampliando a conceituação constitucional dos crimes contra o Estado (...).

Além dessas medidas repressivas, que armam o governo de poderes suficientes para sufocar enérgica e rapidamente qualquer ameaça à segurança das instituições, inúmeras outras de caráter preventivo foram e estão sendo postas em execução. (...)

Imprensa Nacional

Outra construção de grandes proporções que o Governo Federal já iniciou é a nova sede da Imprensa Nacional (...). O prédio medirá 31.780 metros quadrados, tendo sido a sua maquete exibida na Exposição do Estado Novo. (...)

Propaganda do regime

No tocante à defesa das instituições nacionais, não se pode esquecer a atuação eficiente da propaganda dirigida pelo Estado.

Data de julho de 1934 a organização do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, órgão de ação não só informativa, artística e educativa, mas sobretudo órgão de propaganda do governo, órgão de coesão nacional como poderoso elemento de formação da opinião pública, órgão enfim de importância decisiva na defesa e consolidação do regime. Competia-lhe, a princípio, o estudo e a utilização do cinematógrafo, da radiotelegrafia e demais processos técnicos como instrumentos de difusão, bem como classificar os filmes educativos,

estimular a sua produção e circulação e racionalizar a sua exibição em todos os meios sociais.

Desenvolvendo os seus serviços, o Departamento desdobra-se hoje num grande número de atividades, seja mantendo um programa diário de radiodifusão, programa de arte, de propaganda e de informação ("Hora do Brasil"), executado simultaneamente pelas 53 estações emissoras existentes no país, seja fornecendo crônicas para as estações de rádio; editando obras sobre as atividades do governo e distribuindo à imprensa nacional e estrangeira colaboração assinada por nomes de projeção; imprimindo e distribuindo prospectos, álbuns e cartazes demonstrativos das realizações do governo e das possibilidades do Brasil; mantendo uma agência telegráfica que fornece diariamente aos jornais copioso noticiário nacional e internacional, além de comentários, fotografias e reportagens; editando jornais cinematográficos, de propaganda e controlando, previamente, a exibição de filmes, do ponto de vista da sua moralidade ou conveniência; seja, finalmente, estreitando o intercâmbio cultural e informativo do Brasil com entidades e países estrangeiros. (...)

Na Exposição do Estado Novo, um amplo e bem organizado estande demonstra os resultados da atividade do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, com gráficos completos indicando todos os pontos do país e do estrangeiro onde a sua influência se reflete de maneira mais sensível.

Relações exteriores

De todos os departamentos de Estado, aquele que trata dos negócios exteriores é o que mais exige continuidade. Nenhuma relação com países estrangeiros pode produzir resultados efetivos, sem que a linha seguida através dos anos seja a de uma rigorosa consciência. O Brasil, nesse ponto, tem sido exemplar. (...) Uma política tradicionalmente pacifista, de respeito aos tratados e à palavra empenhada, assegurou a projeção continental do Itamarati. Se antes de 1930 fomos o país que mais recorreu à arbitragem para solver as suas questões de fronteiras, depois de 1930, por diversas vezes, pudemos servir de mediador nas questões do nosso continente. Em matéria de política exterior, o Presidente Getúlio Vargas manteve as diretivas da nossa diplomacia, orientando-a num sentido eficiente de cooperação. Adaptando, entretanto, a orientação da diplomacia às necessidades do nosso tempo, foi-lhe acrescentado outro importante fator para o desenvolvimento harmonioso das nossas relações com os outros países: a par da diplomacia relativa aos atos políticos, desenvolveu-se uma diplomacia de desenvolvimento comercial. (...)

A Secretaria de Estado

Tendo em vista a melhor distribuição do serviço e um maior rendimento do trabalho dos departamentos em que se subdivide o Ministério, efetuou-se recentemente uma reforma no Itamarati. Assim ficaram constituídos os seus departamentos: Secretaria de Estado; Missões Diplomáticas, Repartições Consulares, Serviço Jurídico, Serviço de Informações e Comissão de Eficiência. (...)

Organização do corpo diplomático

A representação do Brasil no estrangeiro é exercida pelas missões diplomáticas e pelas repartições consulares. (...)

Essa é a nova organização dada aos serviços exteriores do Brasil. Caracteriza-se pela fusão dos quadros diplomático e consular. Essa ideia adotada em todos os países, como necessária ao desenvolvimento do serviço, tornou-se vencedora no Brasil depois de minuciosos estudos, e de um processo de adaptação, cuja primeira etapa foi a fusão do quadro da Secretaria de Estado com os quadros diplomáticos e consulares, efetuada em 1931.

Política exterior

A política exterior do Brasil não tem sido fruto de experiências periódicas, mas o prosseguimento de uma linha tradicional, dentro da qual se defendem e amparam os interesses nacionais na comunidade das nações e se colabora para a harmonia internacional, acentuando, como é natural, a colaboração com as outras nações do continente.

A partir de 1930 procurou-se estruturar as nossas relações econômicas com os outros países, por meio de atos e convenções visando ao

desenvolvimento do comércio exterior. Dentro do espírito de igualdade de tratamento e de reciprocidade de concessões, têm sido firmados acordos comerciais provisórios ou pactos definitivos com numerosas nações, levando sempre em conta as condições particulares de países e produtos. Nesse terreno, o período de 1930-1938 foi o mais fecundo para o Itamarati.

Mas não só pelo maior desenvolvimento dado às relações econômicas e comerciais com os outros países se caracteriza a ação do Ministério do Exterior.

Em face das relações propriamente políticas com as outras nações, tem o Brasil acentuado, nesses últimos anos, a linha tradicionalmente pacifista e civilizada da sua conduta. (...) Ante a perigosa política de desrespeito aos tratados e de agressividade incontida, que perturba a atual situação do mundo, tem o Brasil adotado uma atitude de exemplar moderação e prudência, mantendo-se afastado das competições políticas e de qualquer manifestação suscetível de estabelecer confusão sobre a sua atitude radicalmente contrária a qualquer alteração que importe em desrespeito às normas do direito das gentes e aos preceitos que regulam as boas relações entre os povos.

O Brasil na América

Evidentemente, as maiores atividades diplomáticas do Brasil se desenvolvem no continente, fiel à tradição de que não devemos comprometer o país nas questões de outros continentes, assim como preconizamos para a América as soluções americanas. (...)

Coube ao Ministro Osvaldo Aranha o trabalho de acentuação da linha americanista da nossa política exterior. (...)

A cooperação do Brasil para a paz na América ganhou assim um novo impulso, destinado a conferir ao nosso país um relevo singular na vida política do continente.

Hóspedes ilustres

Todos os anos recebe o Brasil numerosas visitas de personalidades da maior projeção no cenário internacional. Alguns desses visitantes vêm em caráter particular, para conhecer o nosso país; aumenta, entretanto, de ano para ano, o número dos que visam, mais do que conhecer, a compreender o nosso país e estreitar laços de mais íntima relação. A partir de 1930 acentuou-se o movimento de visitantes ilustres. (...)

Numerosas delegações culturais, de estudantes, professores e intelectuais em viagem de turismo, passaram também pelo Brasil nesses últimos anos. A todos o Itamarati tem prestado a mais solícita assistência.

Tratados e convenções internacionais

Assinou o Brasil, de 1930 a 1937, vinte e dois atos gerais importantes, que ratificou e promulgou pouco a pouco, de acordo com as circunstâncias. (...)

Também deu o Brasil sua adesão a numerosos instrumentos concluídos pela Repartição Internacional do Trabalho, de que é membro dos mais eficientes. A participação do Brasil na Conferência do Trabalho tem sido sempre destacada, avultando em 1938 com a participação do Ministro do Trabalho brasileiro. (...)

Demarcação de fronteiras

Essa é uma das mais difíceis missões do Itamarati. E tem sido, também, das mais brilhantemente desempenhadas. As respectivas comissões, cuja orientação está entregue a oficiais da Marinha e do Exército, têm sido inexcedíveis no cumprimento da sua árdua tarefa. (...)

Institutos Internacionais

No seu esforço para cooperar em todas as iniciativas universais de caráter técnico e científico, o Brasil vem mantendo contato permanente com diversas repartições internacionais que se ocupam de assuntos dessa natureza. Sua colaboração tem sido das mais eficientes; problemas relativos a tarifas aduaneiras, direito aéreo, arbitragem, meios de comunicação, questões geográficas, sanitárias, literárias e artísticas, mereceram sempre atenção especial dos nossos representantes junto aos respectivos Institutos Internacionais especializados.

A Declaração de Lima

O tema central da 8ª Conferência Pan-Americana, reunida na capital do Peru, onde a delegação brasileira colaborou decisivamente para a fórmula afinal vitoriosa, foi a Declaração da Solidariedade Americana. Aprovada por unanimidade, segundo a proposta argentina, depois dos entendimentos havidos entre o Itamarati e a chancelaria de Buenos Aires (...).

A política do Itamarati continua o seu caminho.

Situação do Exército em outubro de 1930

A vitória do movimento revolucionário de outubro de 1930 veio encontrar o Exército a caminho de uma anomalia da qual ainda hoje sentimos as consequências – e havemos de senti-la por muitos anos. (...)

Finalmente, se nos recordarmos da situação em que vivia o Exército no quadro geral brasileiro, escravo das injunções políticas, teremos esboçado ligeiramente o estado em que o encontrou o Governo Revolucionário. Muito havia que fazer para melhorar as condições das classes armadas em geral. (...)

Resumindo, podemos afirmar que o governo, encarando com objetividade o problema militar, tem seguido uma política inteligente no sentido de produzir tudo o que nos for possível; comprar tudo o que nos for indispensável; preparar o país para tudo produzir.

Examinamos, em conjunto, nos seus fundamentos políticos, as origens e consequências das transformações por que passou o país. O conjunto desses estudos, que visam a ser o relato ou legenda do material que figura na Exposição do Estado Novo, destina-se a explicar o sentido da evolução brasileira, em conjunto, nos últimos oito anos. Pena é que os Estados, respeitados os propósitos unificadores da Carta constitucional de 10 de Novembro, isto é, sem competições estreitas dentro dos amplos quadros da centralização, não expuseram também, em relação aos seus respectivos sistemas, os documentos da sua transformação nos oito anos de governo do Sr. Getúlio Vargas. Teríamos assim, em outro plano, e com maior amplitude, nas reduções ao âmbito estadual e na multiplicação dos cenários e dos documentos que essa redução nos traria, uma visão ainda mais completa do "Brasil Novo" — que a exposição se propôs ilustrar.

De qualquer maneira, porém, a quantidade e a qualidade do material exposto, o sentido superior que presidiu à sua organização, a boa disposição dos textos, das ilustrações e do material informativo, prepararam o espírito do público para um alto grau de receptividade. A Exposição Nacional do Estado Novo foi um legítimo triunfo, atingindo plenamente o seu objetivo, que era, em última análise, mostrar ao público as realizações de oito anos de governo.

Do ponto de vista técnico, pode-se dizer que a Exposição constituiu uma demonstração de publicidade completamente nova entre nós, pela originalidade da sua organização e pelo firme critério que os seus diretores souberam manter em todos os Pavilhões. Numa perfeita compreensão das finalidades do certame,

cedo os responsáveis pela sua realização se compenetraram de que a Exposição deveria constituir um acontecimento de caráter popular, e para as grandes massas deveriam dirigir o seu apelo. Afastada qualquer tentativa de tornar a Exposição um "acontecimento intelectual", destinado apenas a uma assistência de elite, o plano geral de sua montagem procurou no desenho e na fotografia símbolos estatísticos e documentos positivos da demonstração desejada, através da qual o povo pudesse ter uma visão panorâmica das realizações administrativas, na esfera do Governo Federal, durante os últimos oito anos.

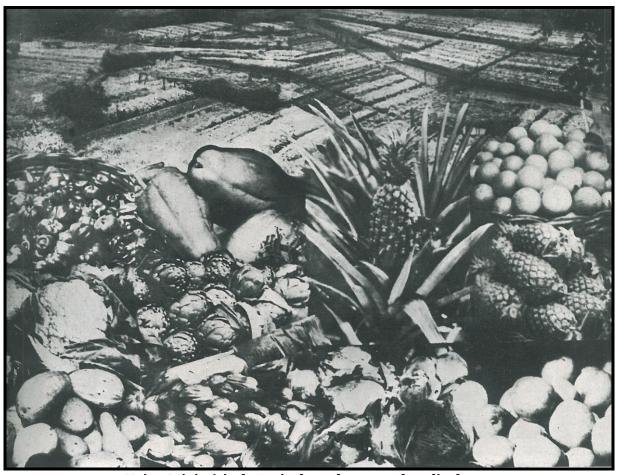
Que a sua finalidade foi plenamente alcançada di-lo bem claramente a afluência de grande massa de visitantes aos seus mostruários, todos de uma sobriedade altamente proveitosa para a perfeita inteligência do assunto, e sem qualquer outra preocupação que a de informar o povo sobre uma série de problemas que de outra maneira dificilmente conquistaria o seu interesse e a sua compreensão.

Por outro lado, ao incluírem no plano da Exposição Nacional do Estado Novo o Pavilhão Anticomunista, com impressionante documentário sobre as atividades bolchevistas no mundo inteiro, e de modo especial no Brasil, os organizadores do memorável certame, aproveitando a oportunidade que se lhes deparava, levaram a efeito uma das mais expressivas propagandas contra o credo vermelho até hoje levadas a efeito deste lado do Atlântico, demonstrando cabalmente, pela simples comparação entre aquele Pavilhão e os demais, quanto pudemos realizar num regime antagônico àquele que escravizou o povo russo.

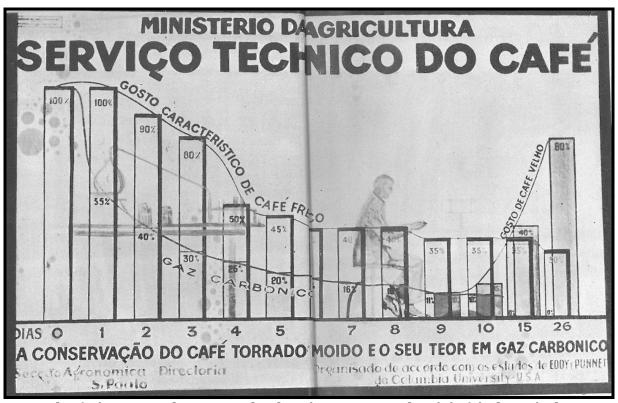
Evoluímos assim do Brasil desconhecido, do qual todos falam e poucos compreendem, para o Brasil popularizado, cujos problemas se tornam assunto das conversas do homem da rua, tema de suas discussões preocupação dos seus debates. Divulgar o Brasil, eis o que se propôs a Exposição Nacional do Estado Novo; e divulgá-lo especialmente nas transformações por que passou o país em menos de um decênio. Conseguiu magnificamente o seu propósito, é o que se pode depreender da extraordinária repercussão popular alcançada pela demonstração a que compareceram os mais importantes departamentos do Governo Federal.



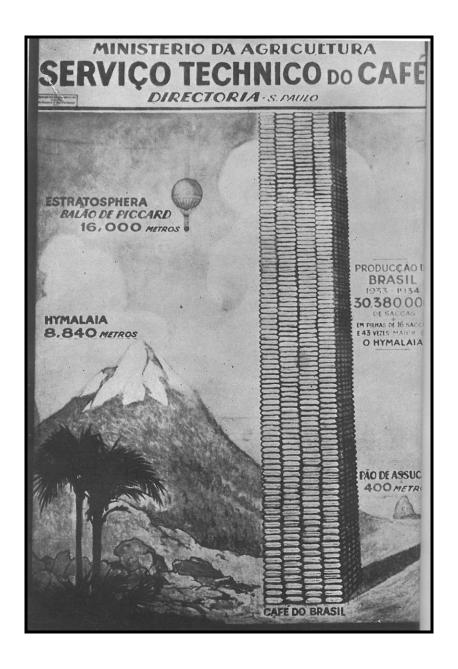
- Acabou-se no Brasil a monocultura cafeeira -



- Hoje o Ministério da Agricultura bate-se pela policultura -

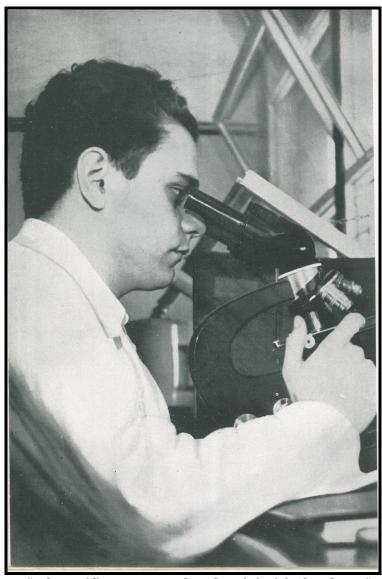


- Um dos úteis cartazes de propaganda educativa expostos pelo Ministério da Agricultura -





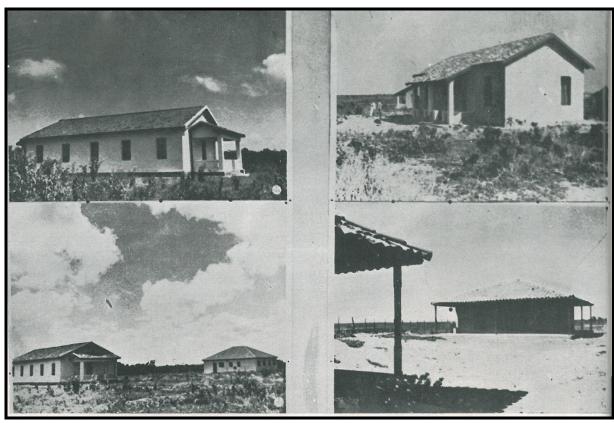
- Uma publicidade inteligente e proveitosa -



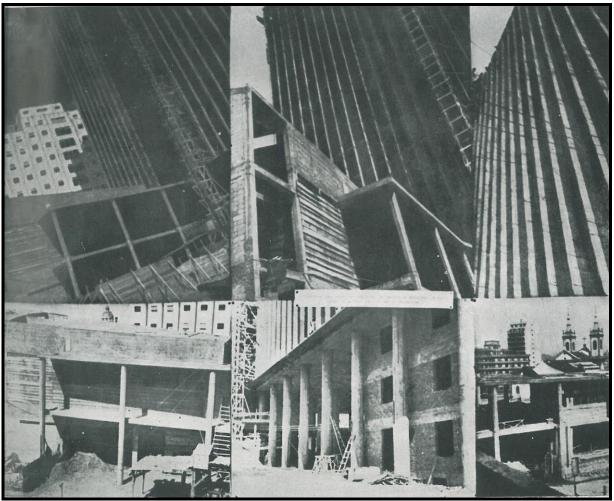
- A documentação fotográfica apresentada pelo Ministério da Educação foi das mais expressivas -



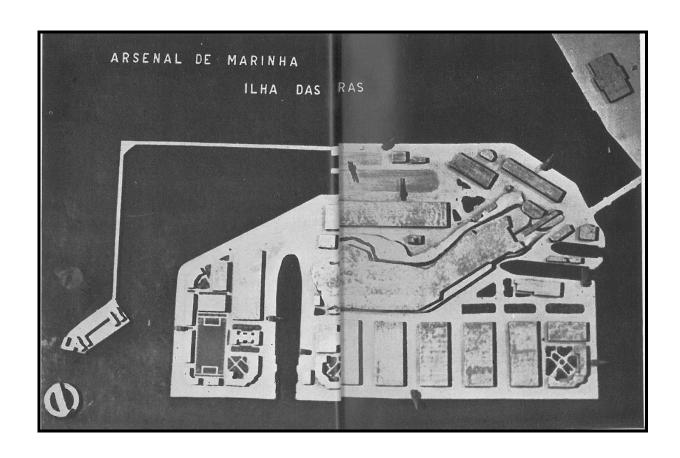
- E não só expressiva, como tecnicamente bela -

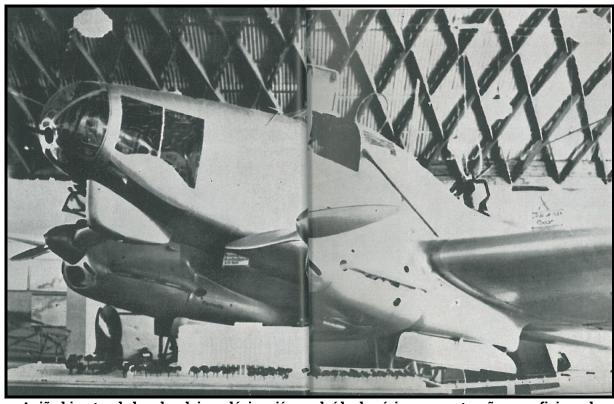


- No programa do Ministério da Educação e Saúde figura em primeiro plano a construção de leprosários em todo o Brasil -

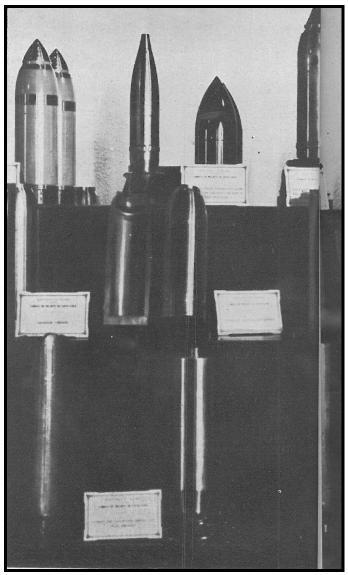


- Alguns detalhes da construção do Palácio da Educação -

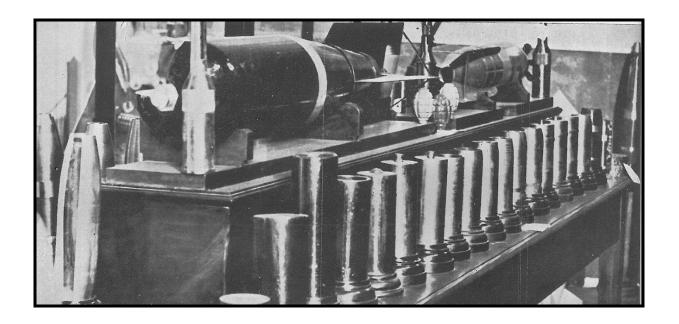


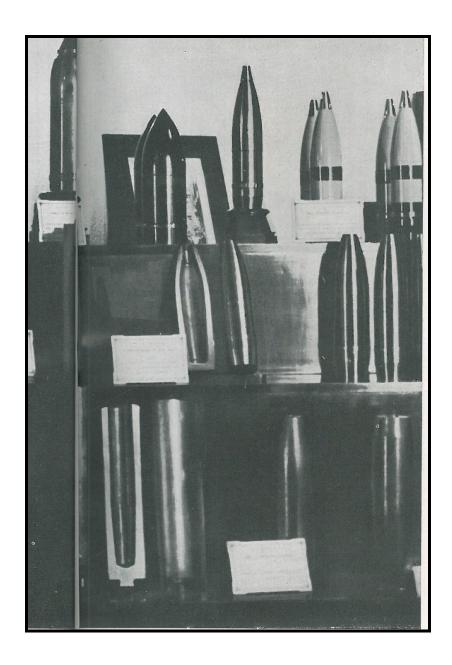


- Avião bimotor de bombardeio, o décimo já concluído da série em construção nas oficinas da Aviação Naval -

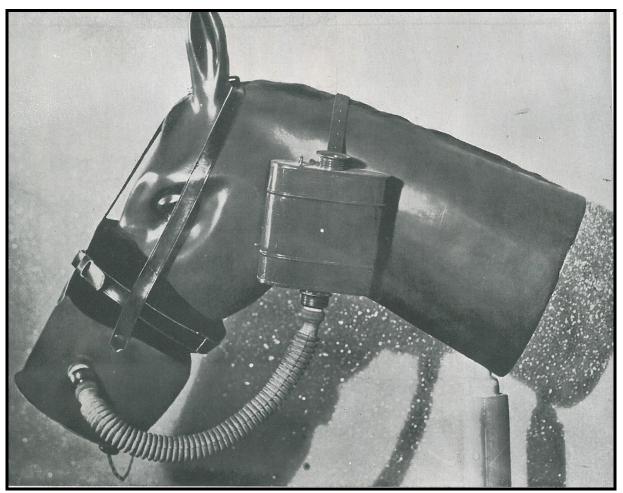


- O Exército exibiu em seu majestoso pavilhão algumas amostras admiráveis do trabalho de suas fábricas de material bélico, de que damos aqui três aspectos -

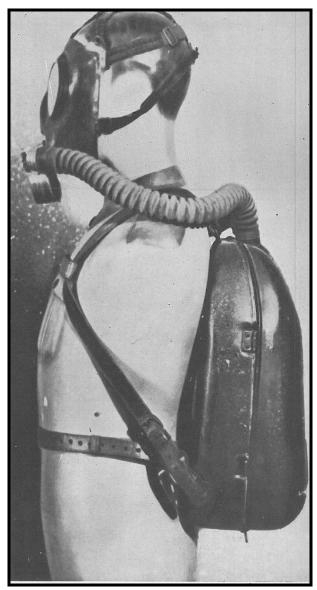






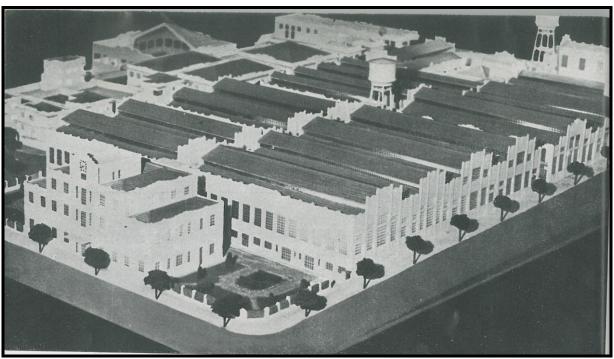


- Máscaras contra gases asfixiantes para cavalos -

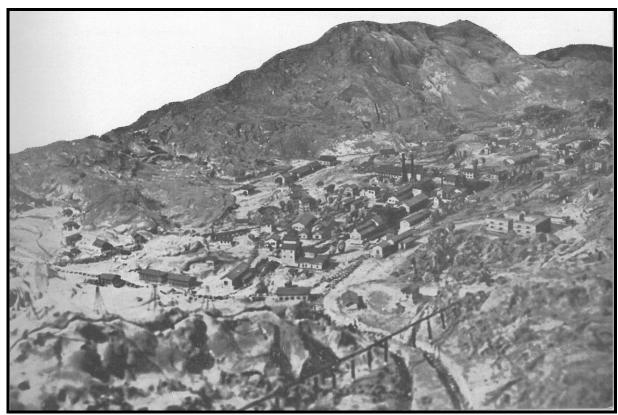


- Material contra gases asfixiantes -



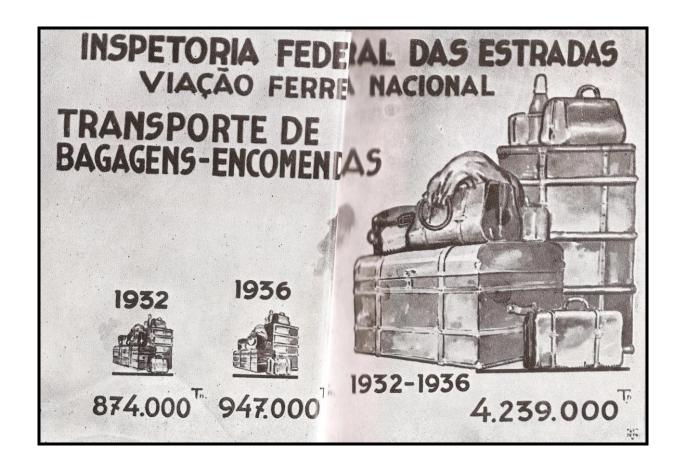


- Fábrica de projéteis de artilharia, no Andaraí, Rio de Janeiro -

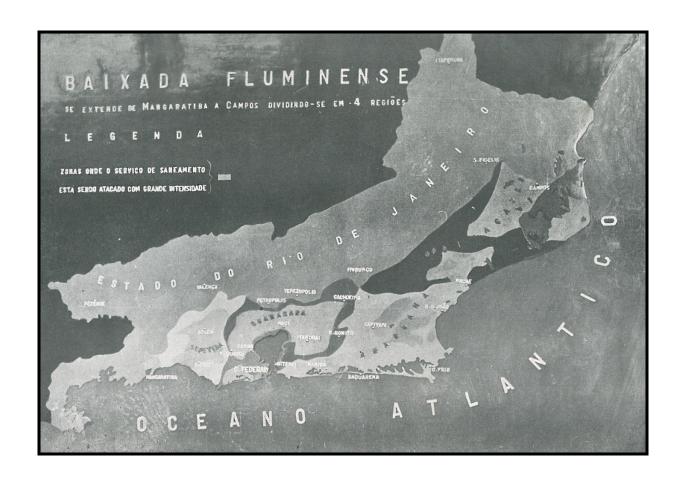


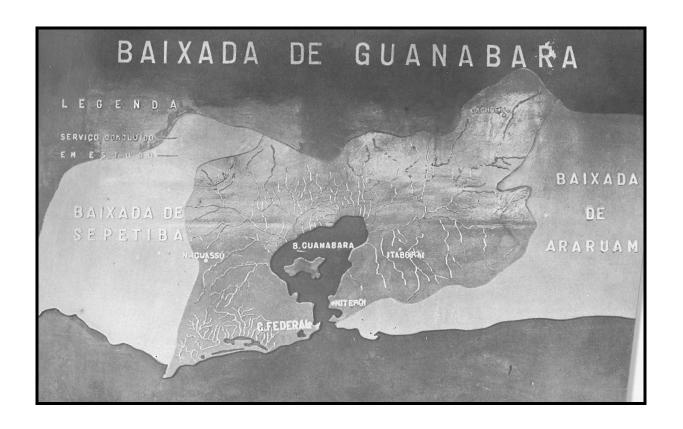
- Fábrica de pólvora e explosivos, de Piquete (São Paulo) -





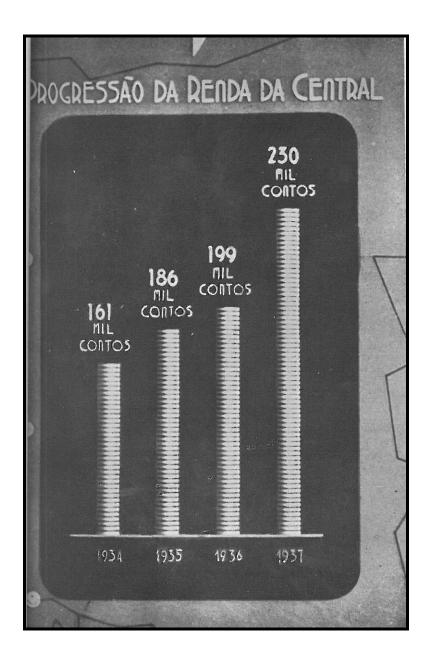


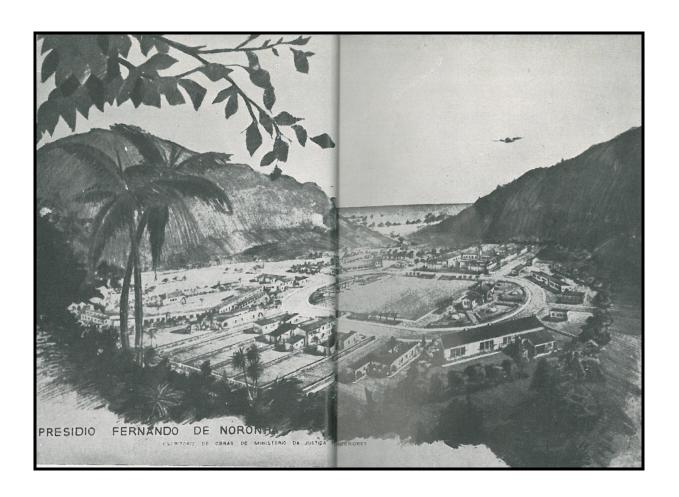






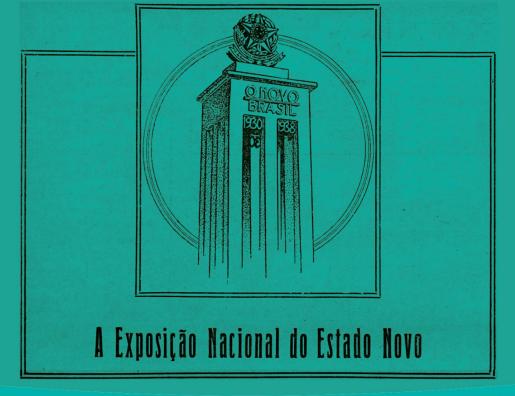








A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



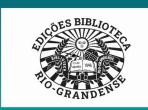


A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Fundação para a Ciência e a Tecnologia





edicoesbibliotecariograndense.com



ISBN: 978-65-89557-24-1